

RELATÓRIO E CONTAS

2024

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
Órgãos Sociais e de Fiscalização	4
Sumário Executivo.....	5
Enquadramento Macroeconómico	9
Economia Mundial	9
Economia da Zona Euro	11
Economia portuguesa	12
Mercados Financeiros	15
Principais riscos e incertezas para 2025	18
Evolução da Atividade.....	20
Indicadores económico-financeiros	22
Margem de Solvência	22
Ativos sob Gestão e Quota de Mercado 2024	22
Ações de Marketing	24
Responsabilidade Social.....	27
Meios Humanos e Materiais	28
Recursos Humanos	28
Infraestruturas	29
Formação	30
Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro	31
Sistema Integrado de Gestão	32
GIPS Compliance	32
Governo Societário	33
Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno	33
Riscos associados à atividade da Entidade Gestora	35
Risco dos Fundos Geridos	36
Perspetivas para a Sociedade	36
Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados	38
Nota final	39
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	41
Balança	42
Demonstração dos Resultados por Naturezas	43
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	44
Demonstração dos Fluxos de Caixa	45
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	46
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	100
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	103

RELATÓRIO DE GESTÃO



Órgãos Sociais e de Fiscalização

Assembleia Geral:

Presidente: **Santa Casa da Misericórdia de Lisboa** representada por

Luís Carvalho Rego

Secretário:

Susana Raquel dos Anjos Pacheco

Conselho de Administração:

Presidente: **Montepio Geral – Associação Mutualista** representada por

Virgílio Manuel Boavista Lima

Administradores executivos:

Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto

Nuno Augusto Pereira Coelho

Vogal: **Fundação Oriente** representada por

João António Morais da Costa Pinto

Vogal: **Navegação Aérea de Portugal, NAV Portugal, E.P.E.** representada por

José Mendes Alfaia

Conselho Fiscal:

Presidente:

Patrique Berdion da Cunha Fernandes

Membros efetivos:

Maria Margarida C. Henriques de Almeida de Sousa Medeiros

Maria Fernanda Rodrigues Fernandes

Revisor Oficial de Contas:

BDO & Associados, SROC representada por Sandra Simões Filipe

Sumário Executivo

No final de 2023 previa-se ainda um cenário de abrandamento económico nas economias desenvolvidas, após um ano de inflação persistente, políticas monetárias restritivas e a continuidade dos conflitos a nível geopolítico, entre os quais a manutenção do cenário de guerra entre a Rússia e a Ucrânia e o desfecho do ataque a Israel, pelo Hamas, perpetrado a 7 de outubro de 2023.

A situação de conflito bélico nas diversas zonas do globo não se dissipou, com a Ucrânia a manter-se sob ataque da Rússia e, no Médio Oriente, com Israel a intensificar a sua intervenção na Faixa de Gaza, a que se seguiram ataques noutros países do Médio Oriente, como o Líbano ou o Irão, dos quais resultou a morte do líder do Hamas e do comandante militar do Hezbollah e que deram lugar a retaliações por parte do Irão.

Já em janeiro de 2025, foi possível um acordo de cessar-fogo, mediado pelo Egito, Qatar e EUA, que entrou em vigor a 19 de janeiro e que, à data atual, permitiu a libertação de diversos reféns israelitas, a troca da libertação de prisioneiros palestinianos. O acordo prevê três fases de implementação, requerendo novas negociações entre Israel e Hamas.

A inflação mostrou sinais de desaceleração ao longo do ano, principalmente devido à estabilização dos preços da energia e à normalização da cadeia de fornecimento global, permitindo que a FED e o BCE começassem a reduzir as taxas de juro.

A Reserva Federal (*Fed*) anunciou a primeira redução das taxas diretoras em setembro, com um corte de 50pb, tendo-se seguido mais dois cortes de 25pb, em novembro e dezembro. Esta medida visou estimular a economia, refletindo o dinamismo impulsionado, sobretudo, pelos gigantes tecnológicos e Inteligência Artificial, além de uma desaceleração da inflação, ainda que com alguma preocupação em relação à taxa de desemprego, tendo a *Fed* procurado equilibrar os riscos de uma recessão económica.

O BCE seguiu um caminho semelhante, numa tentativa de encontrar um equilíbrio delicado entre estabilidade e recuperação, o que veio a influenciar o início e o ritmo das descidas da *Refi Rate*, com o primeiro corte de 25pb a ocorrer em junho, a que se seguiram 60pb em setembro e mais dois cortes de 25pb, em outubro e dezembro, num total de 135pb.

As expectativas de abrandamento na Europa concretizaram-se, com a Alemanha em recessão, pelo segundo ano consecutivo, afetada pelo crescente poderio da China, onde pontua a concorrência da indústria automóvel chinesa, com a venda dos seus próprios veículos na Europa, a preços muito competitivos.

A nível político, a Europa viu-se a braços com alguma instabilidade, de que é exemplo a França, que se debateu com um impasse na governação, na sequência das eleições legislativas antecipadas convocadas pelo Presidente Emanuel Macron, em reação à vitória da direita nas eleições europeias de junho (entre os dias 6 e 9). As eleições francesas realizaram-se a 30 de junho e 7 de julho (2ª volta), e viriam a resultar numa grande polarização das diversas forças em presença e com um peso acentuado dos partidos mais radicais, tanto à esquerda quanto à direita. O Primeiro-ministro então designado, Michel Barnier, saiu derrotado pelo chumbo do Orçamento apresentado para 2025, levando à necessidade de designação de novo Primeiro-ministro, o que viria a acontecer a 13 de dezembro, com a escolha do líder do movimento democrático (MoDem), François Bayrou.

O Reino Unido voltou a eleger um novo primeiro-ministro em julho, Keir Starmer, que deu a vitória ao partido trabalhista, encerrando um ciclo consecutivo de 14 anos do partido conservador no poder. O País atravessou, portanto, também um período de alguma instabilidade política, lutando para assegurar o regresso a um crescimento económico saudável, depois de ultrapassar os efeitos negativos provocados pelo Brexit.

Também na Alemanha, o Chanceler Olaf Schulz do SPD optou por propor eleições antecipadas, face às dificuldades de governação sem uma maioria do seu partido. As eleições realizaram-se já em 2025, a 23 de fevereiro, com a vitória da CDU, mas sem maioria absoluta.

A 5 de novembro, nos EUA, Donald Trump venceu as eleições presidenciais e, desde então, tem divulgado a sua intenção de crescente protecionismo, mediante a imposição de novas e elevadas tarifas aduaneiras não só à China, como à Europa, gerando receios de crescente dificuldade para a economia Europeia.

Portugal foi a eleições em março, com a vitória da coligação PSD/CDS/PPM e o Primeiro-ministro, apesar de não ter maioria absoluta, assegurou a votação favorável do Orçamento para 2024, evitando-se assim uma nova situação de instabilidade. O país encerrou o ano com uma taxa de variação média anual da inflação de 2,7% (IPC) e um crescimento do PIB de 1,9%, em abrandamento face

ao ano anterior, mas ainda assim, bem acima da Zona Euro (+0,7%), sendo suportado, essencialmente, pelo comportamento do consumo privado.

A nível dos mercados financeiros, o ano de 2024 foi um ano de contrastes, marcado por oportunidades de crescimento e desafios persistentes, terminando com ganhos consideráveis, com destaque para o desempenho das bolsas dos EUA.

A volatilidade foi uma constante, em grande parte devido às tensões geopolíticas, que afetaram os preços das *commodities* e o sentimento dos investidores.

O desenvolvimento da Inteligência Artificial manteve-se como tema dominante ao longo do ano, com a sua crescente utilização em todos os setores de atividade e com o predomínio das empresas norte-americanas nesta matéria. Em resultado, o setor tecnológico foi um dos grandes destaques do ano, com empresas focadas em inteligência artificial e computação avançada a liderarem os ganhos. A crescente procura por energias renováveis também impulsionou investimentos neste setor, enquanto o setor financeiro mostrou uma recuperação moderada, acompanhando a normalização das políticas monetárias.

Os índices norte-americanos *S&P500*, *Nasdaq* e *Dow Jones* registaram máximos históricos em dezembro, ainda que com fortes oscilações, encerrando o ano com valorizações de 23,3%, 28,64% e 12,9%, respetivamente.

Na Europa, os resultados foram mais modestos, mas ainda assim absolutamente favoráveis, com os índices *Eurostoxx50* e *MSCI Europe* a registarem performances de 8,28% e 9,27%, respetivamente.

Os índices Globais *MSCI World* e *MSCI Mercados Emergentes* valorizaram-se 21,6% e 13,7%.

Nos mercados obrigacionistas, as *yields* da dívida de referência desceram na Alemanha nos 2 anos, tendo subido nos 10 anos, verificando-se a mesma tendência nos EUA, com descida no curto e subida no longo prazo. Na dívida a 10 anos dos países periféricos da Zona Euro assistiu-se, no mesmo período, a um desagravamento dos *spreads*.

A boa evolução dos mercados financeiros, bem como a intensificação do acompanhamento dos distribuidores e a melhoria das condições económicas das famílias - que permitiu uma recuperação da taxa de poupança para cerca de 11,4% -, proporcionaram um bom crescimento da carteira de clientes, também

coadjuvado pela atuação da Futuro junto dos mesmos e que igualmente induziu uma redução acentuada dos reembolsos nos Fundos de Pensões Abertos, na ordem dos 12%.

O volume de ativos sob gestão cresceu globalmente 9%, induzindo a um crescimento da quota de mercado da Futuro para 10,8%.

O manancial de contribuições para os fundos de pensões abertos geridos e comercializados diretamente pela Futuro e pelo Banco Montepio alcançou novamente um máximo histórico, com a angariação de mais de € 60 Milhões, representando um crescimento homólogo de 46%.

As rendibilidades dos diversos fundos sob gestão, com mandato atribuído à Montepio Gestão de Activos, situaram-se entre 3% e 11%, em função do nível de investimento em ações de cada carteira, excluindo o caso de um Fundo com investimento exclusivo no mercado acionista nacional, e que apenas atingiu uma rendibilidade de 0,23%.

Os próprios mercados financeiros favoreceram as aplicações financeiras da Futuro, gerando por si só um resultado de 425.527€.

A Futuro encerrou o ano com um resultado bruto do exercício de 1.500.409€ (o dobro de 2023), a que corresponde um resultado líquido de 1.126.012€, representando uma rendibilidade do capital social de 44%.

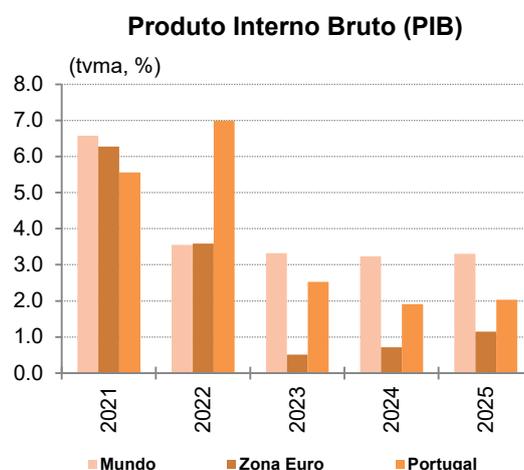
Enquadramento Macroeconómico

Economia Mundial

O ano de 2024 ficou marcado pela continuação da resiliência da atividade económica, apesar do enquadramento geopolítico e económico e do declive da *yield curve* nos EUA ter atingido, em 2023, níveis acentuadamente negativos, semelhantes aos que precederam recessões anteriores, a que acresce o facto de, desde 1945, a inflação norte-americana nunca ter caído de 5% para 3% (em 2023, passou de +6,4%, no final de 2022, para +3,3%, tendo, entretanto, fechado 2024 em 2,9%) sem que tivesse ocorrido uma recessão nos 18 meses seguintes, o que, de facto, não aconteceu.

Tratou-se, assim, de um ano que, do ponto de vista económico, ficou marcado pela continuação do alívio das pressões inflacionistas (apesar do aumento observado nos últimos meses do ano, tanto na Zona Euro, como nos EUA, sobretudo devido a efeitos de base nos preços da energia), pelo início do gradual ciclo de descidas das taxas de juro de referência e pela já referida continuação da resiliência da economia norte-americana (que levou as principais entidades internacionais a reverem em alta as perspetivas para o crescimento do PIB do país ao longo do ano), não obstante os receios de recessão global que pairaram ao longo de grande parte do ano (e que se intensificaram, em especial, durante o Verão, designadamente após alguns dados mais fracos do mercado de trabalho nos EUA) e o contexto de continuação dos conflitos militares no Leste da Europa e no Médio Oriente, bem como os problemas de navegação no Mar Vermelho.

Mais próximo do final do ano, agravaram-se os receios em torno das duas maiores economias da Zona Euro, a Alemanha e a França, condicionadas pela instabilidade política observada em ambos os países e pelas preocupações quanto ao impacto das medidas protecionistas do novo Presidente dos EUA, Donald Trump, nas exportações, em especial da Alemanha, e, no caso da França, também pelo agravamento do risco de uma crise financeira, resultante do elevado défice



orçamental estimado para 2024 (em torno de 6% do PIB).

Na atualização do *World Economic Outlook* (WEO), em 17 de janeiro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve as estimativas de crescimento económico global em 2024, em 3,2% (+3,3% em 2023), revendo ligeiramente em alta a previsão para 2025, de 3,2% para 3,3%, e mantendo a previsão para 2026, em 3,3%, mas vincando as divergências geográficas nas perspetivas económicas, designadamente entre os EUA e a Zona Euro.

Na Zona Euro destacam-se as revisões em baixa das previsões de crescimento do PIB na Alemanha e em França para 2025 (em -0,5 pp e -0,3 pp, respetivamente, para +0,3% e +0,8%).

Apesar da forte revisão em alta da previsão de crescimento dos **EUA** em 2025, o FMI identifica riscos elevados a prazo para a economia do país, com as esperadas políticas de uma Administração Trump, que incluem mesmo a possibilidade de desancoragem das expectativas de inflação.

Relativamente à **China**, o FMI prevê agora crescimentos de 4,6% em 2025 e 4,5% em 2026 e, para a **Índia**, prevê expansões de 6,5% em 2025 e 2026 (iguais às de 2024 e às previsões anteriormente divulgadas), para a Rússia de 1,4% em 2025 (+3,8% em 2024) e 1,2% em 2026 (+0,1 pp e 0,0 pp face às anteriores previsões) e para o Brasil de 2,2% em 2025 e 2026 (+3,7% em 2024, mantendo a previsão para este ano e revendo em baixa, em 0,1 pp, a projeção para o próximo).

O FMI refere que a forte incerteza quanto às políticas comerciais em resultado da ameaça de escalada das tarifas aduaneiras, vai significar um abrandamento no ritmo das trocas comerciais a nível global, de 3,4% para 3,2% neste ano (+3,4% em 2024), antevendo impactos negativos imediatos e desproporcionais no investimento das empresas mais dependentes dos fluxos de comércio internacionais. Ainda assim, espera efeitos transitórios, parcialmente compensados por algum movimento de antecipação de encomendas, nestas previsões que ainda não assumem como pressuposto qualquer medida de política por parte da nova Administração dos EUA.

Relativamente à inflação mundial, o FMI prevê um abrandamento, de 5,7% em 2024 (+6,7% em 2023) para 4,2% em 2025 (revendo 0,1 pp em baixa a previsão de outubro), projetando depois uma nova descida em 2026, para 3,5% (+3,6% nas anteriores previsões).

Economia da Zona Euro

A atividade económica na região arrancou o ano de 2024 com um crescimento em cadeia do PIB de 0,3% no primeiro trimestre, acima das expectativas e do valor observado no quarto trimestre de 2023 (+0,1%), tendo desacelerado ligeiramente no segundo trimestre (+0,2%), voltado a acelerar no terceiro trimestre, para 0,4%, e desacelerando no derradeiro trimestre do ano, crescendo apenas 0,1%. A Zona Euro foi condicionada, designadamente, pelos fracos desempenhos das duas maiores economias da região (a Alemanha contraiu 0,2% no quarto trimestre e a França caiu 0,1%, em ambos os casos, abaixo do esperado), registando um crescimento médio anual de 0,7% em 2024.

Assim, após o abrandamento da economia da Zona Euro no conjunto do ano de 2023, para um crescimento de 0,5% (+3,6% em 2022 e +6,3% em 2021), sendo então condicionada, designadamente, pelo contexto de elevada inflação e pelo impacto económico das taxas de juro em níveis historicamente elevados, o algum alívio destes fatores ao longo de 2024 permitiu que a economia conseguisse acelerar um pouco em 2024, mas para um crescimento ainda reduzido.

O muito fraco desempenho da maior economia da região continuou a condicionar bastante a Zona Euro, com a Alemanha a contrair em 2024 (-0,2%), pelo segundo ano consecutivo (-0,1% em 2023), prejudicada pela retração da indústria internacional no pós pandemia, pela crescente concorrência da indústria chinesa nos setores de maior valor acrescentado e, mais recentemente, pela instabilidade política no país e pelas preocupações quanto ao impacto das medidas protecionistas do novo Presidente dos EUA, Donald Trump, nas exportações alemãs.

Também os riscos sobre a França se agravaram na reta final do ano, quer na sequência da crise política observada, quer do aumento do risco de uma crise financeira, resultante dos elevados níveis de défice no país (da ordem de 6% do PIB), aumentando os riscos descendentes em torno das perspetivas para a região.

Prevê-se, no entanto, uma nova aceleração do crescimento económico da Zona Euro em 2025, embora com as perspetivas a manterem-se rodeadas de elevado nível de incerteza.

Em 2024 assistiu-se a uma continuação da tendência de queda da inflação iniciada no final de 2022, que culminou em 1,7% em setembro (o único mês em

que a inflação homóloga esteve abaixo do *target* de 2% do BCE), mas aumentando, posteriormente, sobretudo devido a efeitos de base nos preços da energia. A inflação homóloga fechou assim o ano nos 2,4%, ainda acima do objetivo de inflação de médio prazo do BCE, de 2,0%, mas abaixo do observado no final de 2023 (+2,9%) e ainda mais aquém do registado no final de 2022 (+9,2%), bem como do máximo de 10,6% observado em outubro de 2022. Em termos médios anuais, a inflação desceu em 2024 de 5,4% para 2,4%, devendo prosseguir ao longo deste ano a trajetória descendente – não obstante os riscos ascendentes provocados pelos conflitos militares em curso no Médio Oriente e no leste europeu e pelo aumento do protecionismo –, prevendo-se uma inflação média anual em torno de 2,0% em 2025.

Face ao contexto de manutenção da tendência descendente da inflação (geral e subjacente), o **BCE** deu, como esperado, início ao ciclo de descidas das suas taxas de juro diretoras em junho, reduzindo a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento (*refi rate*), de 4,50% para 4,25%, e a taxa de depósitos (*deposit facility rate*), de 4,00% para 3,75%, tendo dado continuidade a este processo de gradual redução das taxas de juro ao longo do ano, com mais três cortes de taxas nas reuniões de setembro, outubro e dezembro, com a *refi rate* e a taxa de depósitos a fecharem o ano de 2024 em 3,15% e 3,00%, respetivamente, após terem fechado o ano anterior em 4,50% e 4,00%, com uma redução do *spread* entre estas duas taxas de juro, de 50 pb para apenas 15 pb.

Economia portuguesa

A economia portuguesa arrancou o ano de 2024 com um elevado crescimento em cadeia de 0,6% no primeiro trimestre, após o já forte crescimento de 0,8% registado no último trimestre de 2023, tendo desacelerado no segundo trimestre, para 0,2%, acelerado ligeiramente no terceiro trimestre, para 0,3%, e regressando aos fortes crescimentos no derradeiro trimestre do ano, ao expandir 1,5%.

Em termos médios anuais, observou-se um novo abrandamento da economia portuguesa em 2024, com o PIB a crescer 1,9%, depois de ter avançado 2,5% em 2023 e 7,0% em 2022, este último o ritmo mais elevado desde 1987 (após a expansão de 5,6% em 2021 e a diminuição histórica de 8,2% em 2020, na sequência dos efeitos adversos da pandemia Covid-19).

Apesar do abrandamento, a economia portuguesa conseguiu crescer bem mais do que a Zona Euro (+0,7%), sendo suportada, essencialmente, pelo

comportamento do consumo privado, com o crescimento observado a ficar ligeiramente acima dos 1,8% previstos pelo Governo (no OE 2025, em outubro), ficando ainda mais acima das previsões do BdP (+1,7% em 13 de dezembro), da OCDE (+1,7% em 11 de novembro) e da Comissão Europeia (+1,5% em 15 de novembro) e em linha com as previsões do FMI (+1,9% em 22 de outubro).

Em termos de perspetivas para o ano em curso, prevê-se uma ligeira aceleração do PIB português, para um crescimento em torno dos 2,0%, devendo continuar, assim, a expandir mais do que a Zona Euro. Esta projeção de crescimento está em linha com as previsões da OCDE (+2,0%), situando-se acima dos valores previstos pela Comissão Europeia (+1,9%), mas abaixo dos projetados pelo Governo (+2,1%), pelo BdP (+2,2%) e pelo FMI (+2,3%).

Ao nível dos preços, assistiu-se, logo no início do ano, a um agravamento da taxa de inflação (medida pela variação homóloga do IHPC), dos 1,9% observados em dezembro de 2023 para 2,5% em janeiro, uma aceleração que resultou, em grande medida, do aumento de preços da eletricidade e do fim da isenção de IVA num conjunto de bens alimentares essenciais. Seguiu-se algum alívio da inflação nos meses seguintes, mas uma nova forte aceleração em maio (de +2,3%, em abril, para +3,8%), que refletiu, essencialmente, o efeito de base associado à redução mensal de preços registada em maio de 2023, no seguimento da isenção de IVA num conjunto de bens alimentares essenciais, mas também ao efeito “Taylor Swift” (evento que provocou um forte agravamento dos preços na região de Lisboa, designadamente no alojamento e restauração). A inflação exibiu alguma volatilidade nos restantes meses do ano, refletindo, essencialmente, efeitos de base relacionados com os preços da energia, tendo fechado o mês de dezembro em 3,1%, 1,2 pp acima do observado um ano antes. Todavia, a inflação abrandou, em termos médios anuais, para os 2,7% em 2024 (+5,3% em 2023), perspetivando-se uma nova desaceleração para este ano, para um valor mais próximo do objetivo de inflação de 2,0% do BCE.

No mercado laboral, observou-se, segundo as estimativas mensais do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma ligeira volatilidade da taxa de desemprego ao longo do ano, embora gravitando em torno dos 6,4% com que havia terminado o ano de 2023, tendo fechado o ano, em dezembro, em 6,4% (em linha com o registado um ano antes), apresentando, em termos médios anuais (utilizando a série trimestral do INE), um valor de 6,4%, ligeiramente abaixo dos 6,5% observados em 2023.

Após a melhoria das finanças públicas verificada em 2023, com o saldo orçamental a passar de um défice de 0,3% do PIB em 2022, para um excedente de 1,2% em 2023 – então beneficiando do dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, da redução das medidas de prevenção e combate à pandemia de Covid-19 e do efeito da subida dos preços sobre a receita efetiva –, estima-se uma redução do excedente em 2024, que foi sendo corroborada pelos dados da execução orçamental disponibilizados ao longo do ano, com o saldo orçamental em 2024 a dever ter ficado, ainda assim, acima dos 0,4% do PIB apresentados pelo Governo no OE 2025. Por sua vez, o rácio da dívida pública sobre o PIB manteve em 2024 a trajetória descendente iniciada em 2021.

A taxa de poupança dos particulares terá aumentado em 2024, para um valor em torno de 11,4%, depois dos 8,0% registados em 2023 e dos 7,3% observados em 2022 (apenas 0,8 pp acima dos 6,5% verificados em 2017, que foi o valor mais baixo da série anual do Banco de Portugal, iniciada em 1953), e após ter alcançado picos de 10,9% em 2021 e 12,0% em 2020, devido à acumulação ocorrida durante os períodos de confinamento da crise pandémica.

Mercados Financeiros

No ano de 2024, assistiu-se à manutenção da tendência de melhoria do sentimento dos mercados que havia sido iniciada no último trimestre de 2022, traduzindo-se num ano de ganhos, em especial para os mercados acionistas, especialmente ao nível das empresas do ramo tecnológico, não obstante o início de um ciclo de descida de taxas de juro em várias economias, como a Zona Euro e os EUA.

O sentimento de mercado foi suportado, essencialmente, pela continuação do alívio das pressões inflacionistas, tanto na Zona Euro, como nos EUA, pela continuação da resiliência da economia norte-americana (com a divulgação de dados económicos tendencialmente favoráveis e que levaram as principais entidades internacionais a reverem em alta as perspetivas para o crescimento do PIB do país ao longo do ano), que se consubstanciou em bons resultados por parte das empresas cotadas e pela vitória de Trump nas eleições dos EUA (que impulsionou o mercado acionista americano no final do ano), continuando as expectativas favoráveis para o setor tecnológico e ligado à inteligência artificial (IA).

As principais bolsas mundiais mantiveram em 2024 a trajetória de recuperação iniciada em 2023, com variações largamente positivas nos EUA, tendo-se também observado um comportamento favorável na Ásia e na Europa (o português PSI e o francês CAC 40 foram as principais exceções), ao contrário da evolução descendente na América Latina.

Em consequência, o índice MSCI mundial renovou níveis máximos históricos ao longo do ano. Mas apesar do comportamento favorável dos mercados acionistas, observaram-se alguns ajustamentos em baixa, temporários e relevantes, dos preços das ações, motivados por fatores como a continuação de uma probabilidade não negligenciável de uma recessão global (receios que recrudesceram, nomeadamente, durante o Verão, após alguns registos mais fracos do mercado de trabalho nos EUA), espoletada pela redução dos rendimentos reais das famílias em resultado dos apertos de política monetária e da inflação, a continuação da guerra entre a Rússia e Ucrânia e no Médio Oriente (nomeadamente da escalada do conflito para fora das fronteiras de Israel), os receios relativos à navegação no Mar Vermelho (que levaram as principais companhias de navegação a deixar de usar a rota do Canal do Suez, em favor da Rota do Cabo da Boa Esperança, mais demorada e onerosa).

Já mais próximo do final do ano, assistiu-se a um aumento dos receios em torno das duas maiores economias da Zona Euro, em concreto da Alemanha, condicionada pela instabilidade política e pelas preocupações quanto ao impacto das medidas protecionistas de Trump nas exportações alemãs. Também se intensificaram os riscos sobre a economia francesa, quer na sequência da crise política observada, quer do agravamento do risco de uma crise financeira, resultante de um défice orçamental de 6% antecipado para 2024, que conduziu ao agravamento do *spread* da dívida pública francesa a 10 anos para máximos desde 2012.

Os principais **índices de ações** dos **EUA** registaram fortes subidas em 2024, com o *S&P 500* a avançar 23,3%, depois do aumento em 2023 de 24,2%, tendo atingido um máximo histórico próximo do final do ano (6 de dezembro). O *Nasdaq* subiu ainda mais (+28,6%), beneficiando do referido forte comportamento do setor tecnológico e sendo suportado, designadamente, pelo *rally* nas cotadas da IA, terminando o ano perto de máximos históricos (atingidos em 16 de dezembro), ao passo que o *Dow Jones* valorizou 12,9%, tendo batido máximos históricos também próximo do final do ano (4 de dezembro).

Na **Europa**, o comportamento do mercado foi menos exuberante, tendo o *Euro Stoxx 50* subido 8,3% – com destaque, em termos setoriais, para as valorizações observadas na banca (+26,0%), nos seguros (+18,2%), nas telecomunicações (+16,2%), nos serviços financeiros (+15,4%), nos media (+15,6%) e nos bens industriais (+13,8%) –, com o índice português PSI a desvalorizar 0,3%, penalizado pelo desempenho negativo de pesos-pesados como a EDP, EDP Renováveis e Jerónimo Martins, ditando o seu 1.º ano no vermelho desde 2020.

O francês *CAC 40* também recuou (-2,2%), prejudicado, designadamente, pelo agravamento dos riscos em torno da economia francesa. Já as demais praças europeias subiram, com o maior aumento a caber ao índice húngaro *BUX* (+30,9%), e o menor ao britânico *FTSE 100* (+5,7%), este último um pouco mais condicionado pela maior persistência da inflação britânica e pela necessidade de o Banco de Inglaterra manter a sua política monetária mais restritiva. O índice mundial *MSCI* valorizou 15,7% em 2024 (+20,1% em 2023), atingindo máximos históricos também próximo do final do ano (6 de dezembro).

As **yields da dívida pública** desceram na Zona Euro (usando como *benchmark* a dívida alemã) e nos EUA no curto prazo, refletindo o gradual alívio da restritividade das políticas monetárias, mas tendo subido no longo prazo. Na **Alemanha**, a *yield*

a 2 anos recuou 32 pb, para 2,082%, mas nos 10 anos aumentou 34 pb, para 2,367%. Nos **EUA**, a *yield* a 2 anos desceu apenas 1 pb, para 4,242%, mas tendo, tal como na Alemanha, subido de forma mais significativa nos 10 anos (+69 pb), para 4,569%.

Apesar da subida das taxas de juro de longo prazo, observou-se um desagravamento nos **spreads das yields da dívida pública dos países periféricos da Zona Euro**, com a Itália a destacar-se pela positiva (-52 pb, para um *spread* de 112 pb), seguida de Espanha (-28 pb, para 69 pb) e da Grécia (-18 pb, para 85 pb). Já o *spread* de Portugal recuou 15 pb, para 48 pb, descendo em 11 de dezembro (39 pb) para mínimos desde junho de 2008, tendo, portanto, entre estas economias, o *spread* mais baixo. Ao invés, observou-se um alargamento do *spread* da dívida francesa (+29 pb, para 83 pb), que no início de dezembro (88 pb) atingiu o nível mais elevado desde julho de 2012, refletindo o agravamento do risco de uma crise financeira no país.

Os **spreads de crédito** apresentaram movimentos ligeiramente favoráveis nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) em *investment grade*, tendo chegado, em 20 de maio, a fazer níveis mínimos desde o início de 2022 (o índice Itraxx Financials desceu 4 pb, para 64 pb, e o Itraxx 2 pb, para 58 pb).

Com a antecipação e posterior concretização, já em junho, do início do ciclo de uma gradual descida das taxas de juro de referência do BCE, após o ciclo de subidas com maior rapidez e intensidade da história do BCE que terminou em setembro de 2023, as **taxas Euribor** apresentaram marcadas descidas em 2024 (-120 pb nos três meses, -129 pb nos seis meses e -105 pb nos 12 meses). As taxas Euribor fecharam o ano de 2024 em 3,714% nos 3 meses, 2,568% nos 6 meses e 2,460% nos 12 meses.

Os índices gerais de **commodities** registaram subidas, com o índice composto *CRB Index* a aumentar 12,5% e o *GSCI* 2,6% (depois de terem recuado 5,0% e 12,2% em 2023, respetivamente), embora este último sendo penalizado pelas classes da energia (classe com maior peso no índice e que exibiu uma ligeira queda, de 0,8%) – num contexto de uma descida de 3,1% do preço do *Brent* e do marginal aumento do *WTI* (*West Texas Intermediate*) de 0,1% (os preços do gás na Europa aumentaram 56,5% face ao fecho de 2023, após terem diminuído 56,8% em 2023, subido 13,0% em 2022 e 243% em 2021, tendo fechado o ano num nível 83,9% abaixo do máximo histórico de final de agosto de 2022) –, e pelas agrícolas (-1,0%), mas sendo suportado pelo gado (+15,9%), pelos metais preciosos (+26,9%, tendo feito durante o ano níveis máximos históricos) e pelos metais de base (+3,6%).

Principais riscos e incertezas para 2025

Em 2025, a manutenção da tendência de gradual descida da inflação e de crescimento do emprego a nível global, bem como a continuação dos cortes nas taxas de juro (apesar de inferiores aos anteriormente previstos, designadamente nos EUA), deverão ajudar a compensar o necessário aperto orçamental em alguns países, esperando-se que a resiliência das principais economias se mantenha.

Contudo, as expectativas de uma relativa manutenção do crescimento da economia global para este ano escondem divergências entre países e blocos económicos e continuam a estar rodeadas de uma elevada incerteza e riscos descendentes, destacando-se os relacionados com o aumento das tensões comerciais e do protecionismo, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios às políticas orçamentais em alguns países.

Com efeito, antecipa-se uma relativa persistência das tensões geopolíticas em curso ao longo do ano, o que poderá continuar a traduzir-se em alguma perturbação das cadeias de abastecimento e pressão sobre os custos de produção.

Outros fatores geopolíticos continuarão a introduzir incerteza e riscos sobre o contexto económico global ao longo do ano, designadamente, as tensões entre os EUA e a China, nomeadamente em termos de supremacia tecnológica (com impactos no comércio e investimento globais) e políticas aduaneiras, com as perspetivas para o comércio global a tornarem-se mais sombrias desde que o novo Presidente dos EUA, Donald Trump, intensificou as ameaças de adoção de tarifas aduaneiras sobre vários parceiros comerciais importantes.

Na Europa, deverão manter-se os riscos em torno das duas maiores economias da Zona Euro, condicionadas pela instabilidade política observada em ambos os países e pelas preocupações quanto ao impacto das já referidas medidas protecionistas de Trump nas exportações, a que acresce a manutenção do risco de um agravamento das condições de financiamento da dívida pública em França. De resto, na recente atualização do seu WEO, no início deste ano, o FMI, para além dos riscos globais atualmente existentes, identificou um principal risco específico à Zona Euro, que é o de as economias da região acabarem por ficar sem margem para responder com a política orçamental e monetária a um cenário de

maior abrandamento económico face a uma escalada de juros das dívidas públicas.

O abrandamento superior ao esperado da economia chinesa continua, igualmente, a constituir um risco descendente para a economia mundial, nomeadamente, uma correção significativa do setor imobiliário, não obstante as medidas de apoio que têm vindo a ser adotadas pelas autoridades do país. Refira-se que, neste setor, o mercado imobiliário não residencial nos EUA também continua a representar um risco descendente, onde os preços têm vindo a cair.

A nível nacional, a economia deverá ser também condicionada pelos riscos identificados para a economia global, a que acrescem a pressão sobre a capacidade financeira das famílias continuarem a suportar níveis de taxas de juro bastante acima dos que vigoraram até ao último ciclo de aperto da política económica (não obstante o alívio das taxas de juro já observado ao longo de 2024 e que deverá continuar até, pelo menos, ao início do segundo trimestre deste ano), bem como a sustentabilidade dos preços no mercado da habitação, que mais do que duplicaram nos últimos dez anos.

Segundo a análise do Banco de Portugal (BdP) no seu último Boletim Económico de dezembro, o balanço dos riscos em torno das projeções para a atividade económica estava enviesado em baixa, com um aumento da preponderância dos riscos externos, enquanto os riscos para a inflação estavam equilibrados. As tensões geopolíticas continuam a ser um risco adverso significativo, em especial se os conflitos armados em curso se agravarem ou perturbarem os mercados globais de matérias-primas. O já referido maior protecionismo envolvendo as maiores economias mundiais poderá também colocar em causa as projeções para a atividade mundial, reduzindo o crescimento do comércio internacional e impactando também, naturalmente, na economia portuguesa, com a incerteza acrescida nas perspetivas sobre o setor exportador a ser, igualmente, prejudicial à aceleração do investimento empresarial.

Nos riscos internos, o BdP destaca, essencialmente, as dificuldades na execução dos fundos europeus, que poderão também implicar um menor dinamismo do investimento. Mantêm-se, no entanto, os riscos ascendentes associados a uma maior reação do consumo privado ao aumento do rendimento disponível.

Ao nível da inflação, o BdP considera que esta poderá situar-se acima do projetado caso se materializem os cenários de agravamento dos conflitos – com impacto nos preços das matérias-primas e dos transportes marítimos – ou de aumento das

restrições ao comércio internacional, com reflexo num agravamento dos preços de importação. Adicionalmente, uma desaceleração menor do que a antecipada dos salários, num contexto de restrições de oferta de mão-de-obra, constitui também um risco em alta para a inflação. Em contrapartida, a materialização dos riscos em baixa para a atividade resultaria em menores pressões sobre os preços.

De notar que a ainda elevada restritividade da política monetária, as pressões inflacionistas que subsistem e o *phasing out* de apoios públicos a famílias e empresas continuarão a ser desafios particularmente relevantes, designadamente, ao longo da primeira metade deste ano, uma vez que concorrem para a deterioração da situação financeira das famílias e empresas, sobretudo naquelas mais vulneráveis, com rendimentos mais reduzidos. A deterioração da situação financeira, conjugada com a redução de *buffers* de liquidez das famílias e empresas, potencia a materialização do risco de crédito, levando à deterioração da qualidade do mesmo, e consequentemente ao avolumar de insolvências em alguns setores da atividade empresarial.

Evolução da Atividade

O ano de 2024 apresentava-se desafiante, face à exigência de superar os excelentes resultados do ano anterior.

Muito por via da angariação de novos clientes no ano anterior e forte aumento dos ativos sob gestão, a receita ao longo do ano evoluiu de forma muito favorável, igualmente auxiliada pelas excelentes rendibilidades dos mercados financeiros, em particular dos segmentos de ações.

Por outro lado, procurou-se intensificar ao longo do ano, em particular no segundo semestre, o acompanhamento da rede comercial do principal distribuidor dos fundos abertos sob gestão da Futuro, o Banco Montepio, daí resultando um crescimento acentuado da produção, que voltou a colocar o ano como o melhor de sempre neste segmento.

As medidas legislativas para apoiar financeiramente as famílias perduraram ainda em 2024, com a extensão das possibilidades de reembolso de PPR para pagamento de prestações de crédito. Esta política ajudou a mitigar os efeitos da inflação e das taxas de juros elevadas, mas notou-se um menor recurso a tal

facilidade de reembolso, por parte dos clientes, perante a melhoria das condições económicas das famílias, a que a descida das taxas de juro não foi alheia, ao permitir a redução das prestações do crédito à habitação.

Além disso, a atuação da Futuro junto dos clientes particulares, permitiu igualmente uma redução acentuada dos reembolsos nos Fundos de Pensões Abertos, na ordem dos 12%.

No segmento de Clientes Empresa, 2024 foi também o melhor ano de sempre no que se refere ao valor de contribuições para Adesões Coletivas. Angariaram-se 3 novos Planos de Pensões de Empresas multinacionais e os Fundos de Pensões Abertos Corporate voltaram a registar um crescimento de 40,25% face a 2023, alcançando rendibilidades entre 3% e 17,6%, variando os valores do intervalo em função do grau de investimento em ações.

As rendibilidades dos diversos fundos sob gestão, com mandato atribuído à Montepio Gestão de Activos, situaram-se entre 3% e 11%, excluindo o caso de um Fundo com investimento exclusivo no mercado acionista nacional (Euronext Lisboa), e que apenas atingiu uma rendibilidade de 0,23%.

O volume de ativos sob gestão cresceu globalmente 9% e o manancial de contribuições para os fundos de pensões abertos geridos e comercializados diretamente pela Futuro e pelo Banco Montepio alcançou novamente um máximo histórico, com a angariação de mais de € 60 Milhões, representando um crescimento homólogo de 46%.

Merece também destaque o crescimento acentuado dos fundos comercializados pelo Banco BIG, em 33,7%, com o respetivo volume de ativos a alcançar no final do ano € 342,7 Milhões, proporcionando um nível expressivo de comissionamento. Os mandatos de gestão com o Banco BiG alcançaram rendibilidades entre 3,6% e 9,7%.

Tal como no ano anterior, prosseguiu o trabalho intenso na área de Informática, procurando dar resposta às muitas e elevadas exigências a nível de procedimentos de segurança informática que têm vindo a ser solicitados por clientes institucionais e que se tornaram também exigíveis no âmbito do Regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act*). A infraestrutura existente permitiu dar resposta aos requisitos de todos os clientes, contribuindo para comprovar a eficácia dos sistemas e, em simultâneo, induzir a adoção de melhorias.

O resultado bruto apurado no ano é de 1.500.409€, incluindo um contributo assinalável da rendibilidade das aplicações efetuadas pela Futuro relativamente às suas disponibilidades de tesouraria. Face ao ano anterior, o resultado bruto duplicou e o valor do resultado líquido representa 44% de rendibilidade do capital social.

A Situação Líquida da Futuro cifrava-se em 11.259.877€ no final do ano, permitindo uma margem de solvência de 148,2%, muito acima da exigência regulamentar.

Indicadores económico-financeiros

Resultado bruto	1.500.409€
Resultado líquido	1.126.012€
Rendibilidade do capital social	44%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	77%
Rácio de Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	3,3

Margem de Solvência

O nível de capitais próprios tem permitido uma margem de solvência acima do mínimo exigível, terminando o ano em 148,2%.

Ao longo do ano, a Futuro manteve os seus excedentes de tesouraria, da rubrica Ativos não correntes, no fundo de investimento imobiliário CORUM, obrigações Greenvolt - Energias Renováveis, S.A. e obrigações da Caixa Geral de Depósitos, S.A., e na rubrica de Ativos correntes, aplicados em depósitos a prazo, em fundos de investimento imobiliário (NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado e FUNDO VIP - Valores e Investimentos Prediais, Fundo de Investimento Imobiliário Aberto) e no fundo de investimento mobiliário aberto Montepio Tesouraria, mantendo assim a diversificação dos investimentos.

Ativos sob Gestão e Quota de Mercado 2024

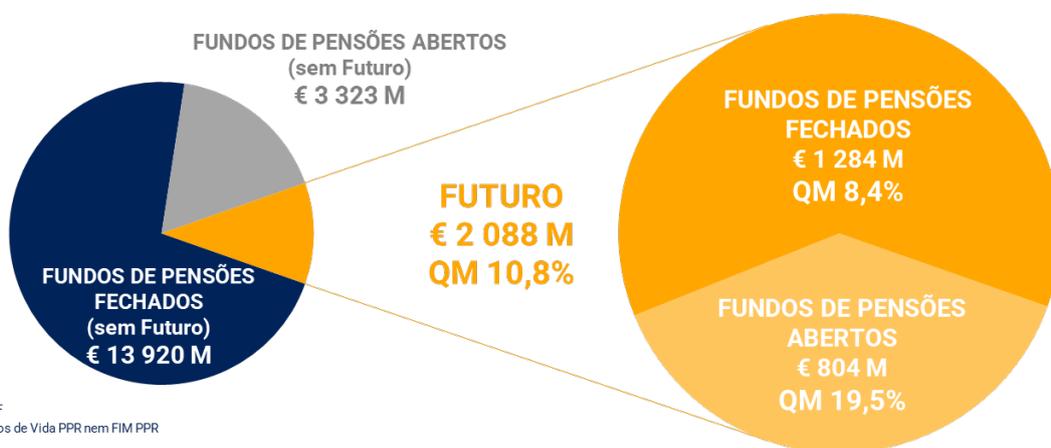
Em 2024, o valor de ativos sob gestão do mercado nacional dos Fundos de Pensões ultrapassou os € 19.000 Milhões, o que representou um crescimento de 2,1% face a 2023.

A Futuro terminou o ano com um volume de ativos sob gestão de € 2.088 Milhões e um crescimento global de 9,02%. Os Fundos de Pensões Fechados cresceram 2,9% e os Fundos de Pensões Abertos 20,5%.

A quota de mercado da Futuro subiu de 10,1% para 10,8%. A Futuro ocupa o 4.º lugar no conjunto de todas as Entidades Gestoras de Fundos de Pensões, tendo por base o volume de ativos sob gestão.

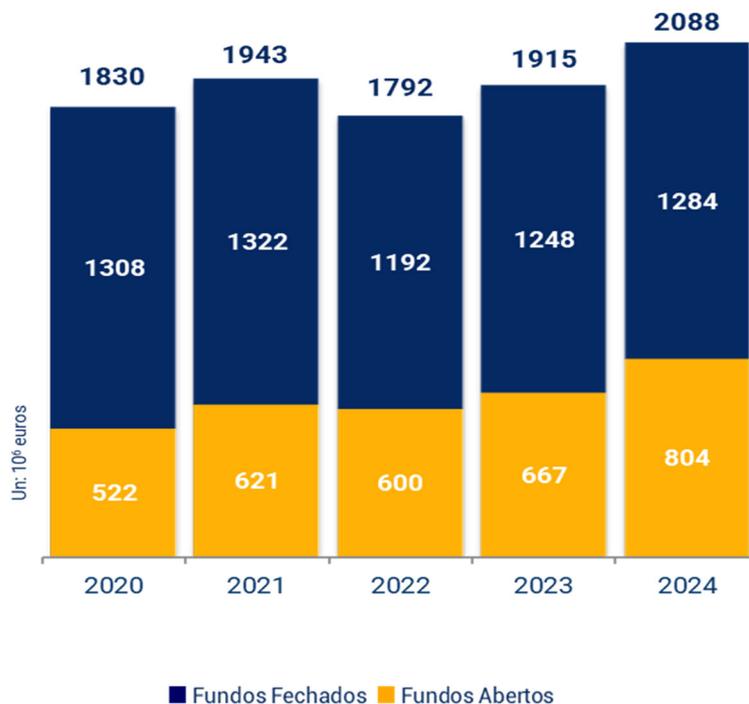
Salienta-se também que, de entre os vinte cinco maiores Fundos de Pensões do mercado, a Futuro tem sob sua gestão quatro Fundos: o Fundo de Pensões Montepio Geral, com uma quota de 4,3%, o Fundo de Pensões NAV SINCTA EPE, com uma quota de 1,4%, o Fundo PPR 5 ESTRELAS com uma quota de 1,2% e 223,9 milhões de euros de ativos sob gestão e o Fundo PPR GARANTIA DE FUTURO, com uma quota de 0,6% e uma carteira de ativos de 113,1 milhões de euros.

O Fundo PPR 5 ESTRELAS continua a classificar-se como o maior PPR do mercado sob a forma jurídica de Fundo de Pensões e o PPR GARANTIA DE FUTURO ocupa o segundo lugar na mesma categoria.



Fonte: 2024 | ASF
 Não inclui Seguros de Vida PPR nem FIM PPR

FUTURO
Evolução dos Ativos em Gestão



Ações de Marketing

As ações de Marketing da Futuro em 2024 foram delineadas com objetivos centrados no crescimento dos ativos sobre gestão e no aumento de Clientes. As campanhas trimestrais, no segmento de Clientes Particulares, orientaram a comunicação para a captação de subscrições e de transferências de PPR do exterior para a Futuro. Promoveu-se também, a fidelização e retenção dos atuais Participantes, assim como o rejuvenescimento da carteira de Clientes.

Campanha 1.º trimestre - Mensalidades

“TODOS OS MESES CONTAM”

A campanha apelou à subscrição periódica mensal dando ênfase à disciplina de poupança, como um hábito importante e com bons resultados a longo prazo.



Promoveram-se os Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA, com oferta do Cartão Saúde Futuro para toda a família.

Campanha 2.º trimestre

“HÁ MAIS FUTURO À SUA ESPERA”

Na comunicação da campanha lembrámos aspetos importantes como a proteção e a tranquilidade na reforma, bem como as vantagens fiscais dos PPR.

Proporcionou-se uma oferta de Unidades de Participação, para subscrições nos Fundos PPR 5 ESTRELAS, PPR GERAÇÃO ACTIVA e PPA ACÇÃO FUTURO.



Campanha 3.º trimestre

“O SEU FUTURO EM BOA FORMA”

Nesta campanha promovemos as transferências de PPR de outras entidades para os Fundos PPR da Futuro evidenciando a experiência da Futuro em mais de 36 anos na gestão de Fundos de Pensões.

Foi atribuída uma oferta em Unidades de Participação nos Fundos PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA.



Campanha 4.º trimestre

“O FUTURO É JÁ AMANHÃ”

O conceito desta comunicação centrou-se na ideia do “tempo” com o foco na premência de começar a poupar hoje para um futuro melhor, incentivando à escolha dos Fundos PPR e PPA geridos pela Futuro.

Proporcionou-se uma oferta de Unidades de Participação, para subscrições nos Fundos PPR 5 ESTRELAS, PPR GERAÇÃO ACTIVA e PPA ACÇÃO FUTURO.



Para Jovens dos 18 aos 35 anos

“FAZ O TEU PRIMEIRO PPR/PPA”

A Futuro manteve o conceito de comunicação ao longo de todo ano para potenciais Clientes dos 18 aos 35 anos com oferta de Unidades de Participação na subscrição do primeiro PPR ou PPA.



Campanha conjunta com a MGAM

TRANSFERÊNCIA DE PPR

Como PPR só são transferíveis para PPR, o objetivo desta campanha foi captar transferências de PPR de entidades externas por Associados do Montepio Associação Mutualista (MGAM) para os PPR 5 ESTRELAS e PPR GERAÇÃO ACTIVA. Para incentivar, proporcionou-se uma oferta em Unidades de Participação e um cartão Repsol.



No 4.º trimestre produziu-se dois spots de rádio para o segmento 30-60 anos, de cariz institucional e a promover as subscrições de PPR online no Banco Montepio.

As **redes Sociais** Instagram e LinkedIn tiveram ao longo do ano atividade regular abordando os temas de literacia financeira, comunicação de campanhas, informação dos Fundos para particulares e empresas.





A 4 de dezembro, assinalou-se o 35.º aniversário do Fundo PPR 5 ESTRELAS. Foi feita uma comunicação junto da rede do Banco Montepio, fez-se uma divulgação pela imprensa, partilha nas redes sociais e destaque no site da Futuro.

Responsabilidade Social

A Futuro mantém o seu compromisso anual de contribuir para a sociedade, apoiando sobretudo iniciativas orientadas para a proteção e desenvolvimento dos mais jovens.

Em 2024, o nosso apoio foi destinado às seguintes instituições:

- **Clube de Badminton de Tires**

Apoio no equipamento e deslocações das equipas de atletas e técnicos.

- **Modalidades de Surf, Longboard e Bodyboard do Estoril Praia (GDEP)**

Em 2024 a Futuro continuou a apoiar estas modalidades, promovendo o aperfeiçoamento dos atletas, incluindo alguns que já competem internacionalmente.

- **Associação Portuguesa de Surdos**

Apoio para permitir a deslocação da equipa da Associação a Ponta Delgada, a fim de participar na Deaf Champions League 2024 – Campeonato de Futsal.

- **AADD (Associação de Atletas de Dança Desportiva)**

Apoio destinado a facilitar a participação de uma Colaboradora da Futuro em Campeonato nacional de Dança Desportiva.

- **Fundação Montepio**

A Futuro passou a destinar uma parte do seu resultado líquido anual como donativo à Fundação Montepio, a fim de auxiliar esta instituição nas suas iniciativas de apoio social e de solidariedade.

Para além dos apoios diretos, a Futuro deu continuidade à implementação das medidas calendarizadas no âmbito da Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Montepio, garantindo o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. As metas propostas foram acompanhadas trimestralmente, refletindo o compromisso da empresa com um modelo de crescimento sustentável e inclusivo.

Destaca-se, em 2024, o alcance de diversas metas internas no âmbito do bem-estar dos colaboradores, incluindo a adoção da semana de trabalho de 35 horas, a atribuição de dias adicionais de férias por antiguidade, a promoção da vacinação gratuita contra a gripe, o apoio à natalidade, bem como a criação de uma licença para cuidadores informais não principais, sem perda de remuneração.

Ainda em 2024, a Futuro atingiu parcialmente algumas das metas definidas para 2030, nomeadamente em igualdade de género no quadro de pessoal e inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade, reforçando o seu compromisso com a diversidade e a inclusão.

Meios Humanos e Materiais

Recursos Humanos

A Futuro encerrou o ano de 2024 com um quadro de pessoal de 39 profissionais, mantendo-se estável face ao ano anterior.

A empresa recorreu a trabalho temporário, por três meses, para fazer face à execução de tarefas ocasionais na Direção Técnica.

Infraestruturas

Em 2024, a Futuro deu continuidade ao reforço da sua infraestrutura tecnológica, alinhada com a modernização e digitalização dos seus serviços. Neste contexto, iniciou-se o desenvolvimento de um novo portal, suportado por um *framework* mais moderno, garantindo uma experiência mais intuitiva e alinhada com as exigências atuais.

A mobilidade e a eficiência operacional foram igualmente reforçadas através da substituição progressiva de computadores desktop por portáteis, um processo iniciado pelos responsáveis e que poderá vir a ser gradualmente alargado a outros colaboradores. Esta mudança traduz-se numa maior flexibilidade no trabalho, otimização do consumo energético e aumento da produtividade, permitindo uma melhor adaptação às necessidades do dia a dia.

Na vertente da segurança informática, destaca-se a renovação do *core* de segurança perimétrica e do *core* de comunicações perimétricas, um investimento essencial para reforçar a resiliência da infraestrutura face ao aumento do cibercrime e às exigências regulatórias. A conformidade legal foi igualmente um foco estratégico, com a preparação para o Regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act*), que entrou em vigor a 17 de janeiro de 2025. Para este fim, foi estruturado um modelo próprio de gestão da segurança da informação, com políticas, objetivos e métricas definidos, dando início à implementação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação da Futuro, garantindo o cumprimento dos requisitos regulatórios e o fortalecimento da postura de segurança da organização.

Outro projeto de relevo foi a migração do sistema de arquivo documental digital, acompanhada pela implementação de *workflows* de desmaterialização de processos. Entre os novos fluxos de trabalho já em funcionamento, destaca-se a automatização de processos na área administrativa, permitindo um tratamento 100% digital. Além disso, foi desenvolvido um *workflow* para a contabilidade, permitindo a digitalização e automatização do lançamento de faturas. Adicionalmente, foi criado um *workflow* para a documentação dos processos de *governance*, garantindo um registo estruturado das decisões e aprovações ao longo da hierarquia.

Estes avanços consolidam a infraestrutura da Futuro, garantindo maior eficiência operacional, segurança reforçada e uma adaptação contínua às exigências tecnológicas e regulatórias do setor.

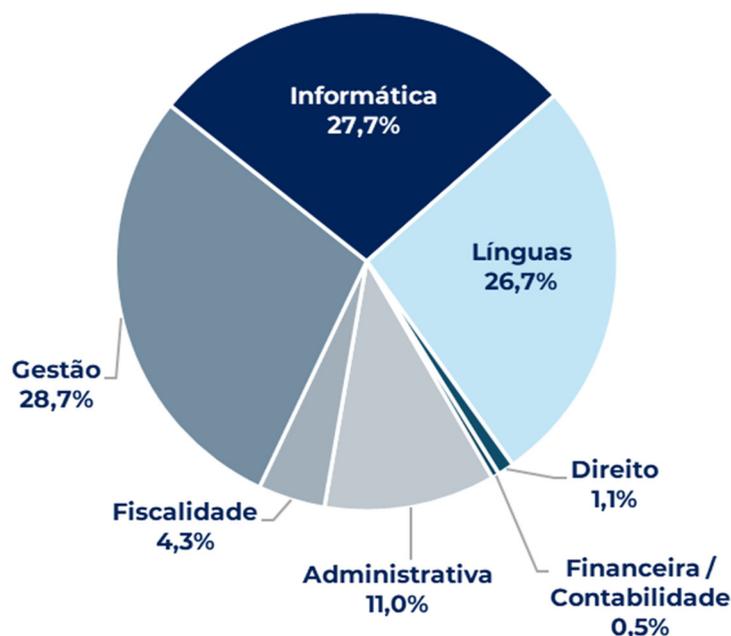
Formação

A formação profissional dos Colaboradores foi planificada de forma a garantir uma adequada preparação e requalificação permanente, contribuindo assim para a manutenção do elevado padrão de serviço prestado pela Futuro.

Ao longo do ano, foram realizadas 47 ações de formação, abrangendo a totalidade dos colaboradores e totalizando cerca de 1895 horas. Procurou-se focar a formação no reforço de competências em Gestão, Informática (perspetiva do programador e do utilizador), Inglês e áreas Administrativas.

A distribuição das horas de formação por área foi a seguinte: Gestão – 28,7%, Informática – 27,7%, Inglês – 26,7%, Administrativa – 11,0%, Fiscalidade – 4,3%, Direito – 1,1% e Financeira/Contabilidade – 0,5%.

Peso da formação por área (nºhoras)



No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, é analisada e avaliada a utilidade e eficácia das ações de formação, bem como a qualidade das entidades formadoras e o seu contributo para o cumprimento de objetivos e melhoria de competências.

Plano de Pensões dos Colaboradores da Futuro

A Futuro tem um Plano de Pensões complementar do regime público de Segurança Social e independente das pensões atribuídas por esse regime. É garantido um complemento de reforma aos Colaboradores que, à data de reforma, estejam ao serviço da Empresa e reúnam os requisitos de exigibilidade definidos no Plano de Pensões.

Existem também direitos adquiridos ao abrigo deste plano de pensões, em caso de saída da empresa antes da passagem à reforma por idade. A Sociedade Gestora tem cumprido com as contribuições necessárias para cobertura das responsabilidades assumidas, tendo-se atingido no final do ano um rácio de cobertura de 118,7%.

Em 2024, a taxa de desconto manteve-se relativamente a 2023 (3,60%) e registou-se um ganho atuarial de cerca de € 50 mil, que acrescido ao ganho financeiro de cerca de € 83 mil, resultou num total de ganhos de € 133 mil, aproximadamente.

Sistema Integrado de Gestão

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Futuro junta ao cumprimento dos requisitos da ISO 9001: 2015, a conformidade com a Norma 6/2024 (Sistema de governação das entidades gestoras de fundos de pensões) da ASF e com as normas GIPS. O sistema evidencia níveis elevados de integração e métodos consistentes de identificação de riscos a que a entidade gestora e os fundos de pensões geridos se encontram expostos, os quais estão em consonância com o exigido na Norma ISO 9001: 2015, tendo sido efetuada a habitual auditoria de acompanhamento com “Zero Não Conformidades”.

A conformidade do SIG foi atestada pela APCER, com emissão do “Certificado de Conformidade” e do “Certificado *IQnet- International Certification Network*”. A Certificação é válida até maio de 2027 e foi obtida em outubro de 2001, cobrindo todas as áreas de atuação da Futuro: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de fundos de pensões abertos e fechados.

A Certificação da Qualidade tem concorrido para a satisfação dos Clientes dos Fundos de Pensões da Futuro, facto que é reconhecido pela confiança de importantes empresas e de dezenas de milhar de participantes individuais que têm confiado à Futuro a gestão das suas poupanças para a reforma.

GIPS Compliance

Desde 2013 a Futuro viu reconhecida a conformidade com as Normas *GIPS - Global Investment Performance Standard*¹, as quais exigem o cumprimento de um conjunto de princípios padronizados e internacionalmente aceites na avaliação das rendibilidades dos Fundos sob gestão.

¹ Para receber a lista descritiva dos vários Compósitos da Futuro, pode contactar-nos através do número de telefone (+351) 210 416 005 (chamada para a rede fixa nacional) ou através do endereço eletrónico geral@futuro-sa.pt.

Governo Societário

O Governo Societário da Futuro teve como alteração, em 2024, a reeleição dos Órgãos Sociais, tendo sido substituído um dos Administradores Executivos, que, entretanto, passou à reforma.

No Conselho Fiscal, foi substituído o Presidente e um dos vogais.

Mediante alteração dos Estatutos da Sociedade, a mesa da Assembleia Geral passou a contar apenas com o Presidente e um Secretário, tendo-se eliminado a figura de Vice-Presidente.

Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno

Em conformidade com a legislação em vigor, a Futuro possui uma estrutura organizacional bem definida e ajustada ao desenvolvimento da atividade.

No ano de 2024, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) emitiu a Norma Regulamentar n.º 6/2024, de 20 de agosto, relativa ao Sistema de governação das entidades gestoras de fundos de pensões, com o objetivo de reforçar o sistema de governação das mesmas, através da revisão da regulamentação vigente à luz do atual enquadramento regulatório nacional e europeu, das melhores práticas de supervisão neste âmbito e da promoção e implementação de mecanismos e práticas de supervisão prospetivas, proporcionais e consistentes.

Assim, a referida Norma visa reforçar, face ao regime previsto na Norma Regulamentar n.º 8/2009-R-Gestão de Risco e Controlo interno, de 4 de junho, - agora revogada -, os requisitos gerais do sistema de governação previstos no Regime Jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundo de pensões (RJFP), aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de julho), nomeadamente no que respeita à organização, funcionamento e planeamento estratégico das sociedades gestoras de fundos de pensões.

Neste campo, e no cumprimento da legislação e regulamentação nacional, a Futuro adotou um conjunto de Políticas e orientações emanadas do referido RJFP. No mesmo contexto, é considerada a regulamentação aprovada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Assim, acolhendo as novas diretrizes, iniciou-se a revisão e atualização de Políticas internas, incluindo as de gestão de riscos, conflitos de interesses e remuneração.

O sistema de controlo interno da entidade gestora tem por base um eficiente sistema de gestão de riscos, bem como atividades de controlo e procedimentos de monitorização apropriados e claramente definidos, e que se encontram suportados pela documentação do Sistema Integrado de Gestão, devidamente certificado pela APCER ao abrigo da ISO 9001: 2015, que foi renovado em 2024, conforme atrás mencionado.

O sistema de controlo interno da Futuro assenta no conjunto de políticas, procedimentos, sistemas e controlos, que visam assegurar a adequada identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos.

A gestão de risco é um processo contínuo e tem como objetivo a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo de todos os riscos materiais a que a entidade gestora e os fundos de pensões por si geridos se encontram expostos, tanto a nível interno como externo, de forma a assegurar que os mesmos se mantêm a um nível que não afete significativamente a respetiva situação financeira nem os interesses dos participantes ou beneficiários dos fundos de pensões.

A Auditoria Interna assegura a necessária independência no exercício da sua função no âmbito do sistema de controlo interno, aferindo a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos outros elementos do sistema de governação. Relativamente ao exercício de 2024, foi verificado o cumprimento e validada a eficácia do sistema e seus controlos, visando a melhoria contínua da atividade e a mitigação dos seus riscos, com um alinhamento adequado com os normativos de referência.

A função de Compliance, passou a ser exercida em regime de subcontratação, com a supervisão do responsável pela Função Chave de Gestão de Risco e Compliance da Futuro. A atividade de Compliance compreende o acompanhamento e a avaliação do cumprimento dos deveres e obrigações da entidade gestora - incluindo os deveres de informação às Entidades de Supervisão e outras entidades externas - e procede à análise do impacto de alterações legais no funcionamento operacional da empresa. Neste domínio, foram acompanhados os diversos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano, sendo emitidas recomendações e pareceres sempre que necessário, no sentido de tomar medidas para corrigir ou prevenir eventuais deficiências, de modo a assegurar robustez e segurança na atividade desenvolvida.

A atuação do Compliance procura também, no âmbito da manutenção do sistema de controlo interno, assegurar uma gestão eficaz da prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento de terrorismo, sendo este um processo que tem conhecido um aumento de complexidade e sofisticação nos últimos anos, nomeadamente quanto aos tipos de metodologias e técnicas empregues, com o propósito de ocultar a proveniência ilícita de bens, dissimulando a sua fonte, o seu titular e o fim a que se destinam. Neste âmbito, em finais de 2024, a ASF emitiu a Norma Regulamentar n.º 10/2024, de 5 de novembro, onde procurou densificar as matérias que careciam de regulamentação setorial.

Conforme referido atrás, no capítulo “Infraestruturas” preparou-se a implementação do DORA (*Digital Operational Resilience Act*), que consiste numa regulamentação da União Europeia que visa fortalecer a resiliência operacional digital das entidades financeiras e que tem como finalidade garantir que as entidades financeiras têm meios para resistir e recuperar de incidentes de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), como ciberataques.

Riscos associados à atividade da Entidade Gestora

No ano de 2024 verificaram-se rendibilidades positivas e generosas, apesar de terem ocorrido episódios de volatilidade.

Perante essa situação, o risco decorrente da garantia de capital existente em relação aos fundos com garantia de capital permaneceu devidamente salvaguardado quer pela provisão constituída especificamente para sua cobertura parcial, quer pelo elevado nível de capital próprio, que tem assegurado o cumprimento dos requisitos de solvência da Empresa.

Relativamente ao quadro normativo oriundo da Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões, salientam-se as novas normas surgidas em 2024, já referidas acima.

As regras praticadas estão em alinhamento com o código de conduta da Futuro, ajustado aos princípios seguidos pelo seu acionista maioritário, visando reforçar e alinhar a cultura institucional com os valores e as especificidades do Grupo.

Risco dos Fundos Geridos

Os procedimentos adotados relativos à gestão de risco permitem delimitar com rigor o nível de risco aceitável para cada Fundo, tendo em consideração a respetiva política de investimentos estabelecida.

O sistema de gestão de riscos tem em consideração os riscos específicos de cada plano de pensões, o risco de mercado, o risco de crédito, o risco de concentração e o risco de liquidez.

Durante o ano, através das suas reuniões mensais, o Comité de Investimentos da Futuro teve a oportunidade de se ir pronunciando sobre a estratégia delineada e ajustamentos que se foram revelando necessários, em função da evolução global dos mercados financeiros, tendo em conta o cenário macroeconómico e geopolítico e fatores específicos como a evolução das taxas de juro.

Além da intervenção daquele Órgão, as carteiras de ativos foram permanentemente monitorizadas, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e contratuais, incluindo, neste último caso, o desempenho comparativamente com os índices de referência definidos.

O Sistema de Gestão de Risco da Futuro tem em consideração todas as disposições das políticas de Investimento dos Fundos de Pensões relativas à exposição aos diversos riscos e às disposições legais.

São produzidos diariamente relatórios de limites (limites de políticas de investimento e legais), e posterior envio às entidades contratadas para gestão das carteiras, caso algum limite seja ultrapassado.

Perspetivas para a Sociedade

Conforme referido atrás, a expectativa a nível macroeconómico para 2025 é de que a economia global se mantenha resiliente, embora rodeada de elevada incerteza e algum potencial de inversão no sentido descendente, destacando-se os problemas relacionados com o aumento das tensões comerciais e do protecionismo, a possível escalada de conflitos geopolíticos e os desafios às políticas orçamentais em alguns países.

Com efeito, antecipa-se uma relativa persistência das tensões geopolíticas em curso ao longo do ano, o que poderá continuar a traduzir-se em alguma

perturbação das cadeias de abastecimento e pressão sobre os custos de produção.

Na Europa, deverão manter-se os riscos em torno das duas maiores economias da Zona Euro, condicionadas pela instabilidade política observada em ambos os países e pelas preocupações quanto ao impacto do protecionismo de Trump nas exportações, a que acresce a manutenção do risco de um agravamento das condições de financiamento da dívida pública em França.

O bom desempenho económico português tem-se destacado, por comparação com os outros países europeus e, no Orçamento de Estado para 2025, prevê-se um crescimento económico de 2,1% e uma taxa de inflação de 2,3% (IHPC).

Esta evolução, associada à continuada descida das taxas de juro e inflação, permitirá auxiliar ao crescimento do rendimento das famílias e, com ele, proporcionar a oportunidade para a recuperação dos níveis de poupança.

Por conseguinte, no que respeita ao negócio da Futuro, perspetiva-se a continuidade da utilização assídua dos produtos em comercialização como produto preferencial de poupança e investimento por parte dos clientes particulares.

Por outro lado, a nível estratégico, a Futuro assumiu o compromisso de dinamizar esta área de negócio mediante um alargamento da sua rede de distribuidores, uma evolução na facilitação do processo de angariação online de clientes e respetivas subscrições e um acompanhamento mais próximo do seu maior distribuidor, o Banco Montepio.

A perspetiva de angariação de negócio junto de empresas é igualmente positiva, face aos contactos que têm sido estabelecidos e que permitem antever a concretização continuada de novos contratos.

É de salientar ainda a reconhecida importância que cabe a todo o setor financeiro e, em particular, aos fundos de pensões, no financiamento da economia.

Acresce que o último “*Ageing Report*” não poderia deixar mais a nu a situação precária da sustentabilidade da Segurança Social portuguesa: prevê-se que a taxa de substituição (pensão de reforma/último salário) passe dos atuais cerca de 67%, para 37% em 2050 e que, em 2070, o rácio de dependência (população idosa/população ativa) se situe em 67,8%.

O Relatório *Draghi* traça igualmente um cenário negativo a nível de competitividade na Europa e refere a necessidade de se incentivar a poupança de longo prazo, com foco na reforma.

Esta situação requer que tanto a nível da UE, como em Portugal, sejam asseguradas medidas para melhorar a situação gradualmente. E é perante essa necessidade premente que se acalenta a esperança de criação de mais incentivos para fomento da utilização de fundos de pensões, designadamente de base laboral o que, a médio prazo, poderá contribuir para um renovado crescimento do setor.

Em conclusão, é expectável que o negócio da Futuro evolua a um ritmo semelhante ao observado em 2024, com manutenção do crescimento das carteiras sob gestão.

A nível dos mercados financeiros, a perspetiva é de uma provável descida das rendibilidades durante o ano 2025, face a um mercado acionista norte-americano já excessivamente valorizado e perante a previsível redução das taxas de juro a nível global, com especial incidência na Europa.

As questões ligadas à Sustentabilidade mantêm-se na ordem do dia. Neste campo, a atuação da Futuro necessita de ser intensificada, no sentido de assegurar um alinhamento com os critérios mais exigentes do regulamento europeu SFDR.

O grau de incerteza quanto à evolução política e económica nas diferentes zonas geográficas mantém-se algo elevado, não obstante acontecimentos recentes, tais como o acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas a que atrás se aludiu e o anúncio de negociações para pôr termo à guerra na Ucrânia.

Contudo, a robustez do negócio da Futuro, bem como a sua estrutura de capital, dimensão e meios humanos e técnicos deverão permitir enfrentar, sem disrupções, possíveis desafios, à semelhança do que já sucedeu em circunstâncias congéneres ocorridas no passado.

Resultado do Exercício e Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado bruto apurado no exercício foi de 1.500.409€, e o líquido resultante de 1.126.012€, a que corresponde uma rendibilidade do capital social de 44% e uma rendibilidade do capital próprio de 10%.

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Distribuição de dividendos aos acionistas: 975.384€ (1,9€/ação);
- Atribuição de gratificações de balanço: 56.368,32€.

Transferência para outras reservas 94 259,78€.

Nota final

O Conselho de Administração gostaria de expressar o seu apreço pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano por todos os colaboradores, que mais uma vez, com o seu empenho, dedicação e profissionalismo contribuíram para o encerramento de um ano muito bem-sucedido. Os resultados alcançados são nitidamente um reflexo direto do trabalho árduo e do compromisso de cada um.

Também fica uma palavra de agradecimento:

- aos Exmos. Acionistas que, mediante o seu investimento, têm permitido dar continuidade a um longo percurso da Sociedade, numa clara demonstração de confiança.
- aos diversos parceiros, designadamente distribuidores, consultores e angariadores de negócio, tais como:
 - o Banco Montepio e o Banco BIG, ambos na qualidade de Bancos Depositários e de entidades comercializadoras de Fundos Abertos geridos pela Sociedade;
 - A Montepio Gestão de Activos, enquanto responsável pela gestão direta de ativos de uma importante parcela dos Fundos sob gestão da Futuro;
 - A Mercer, enquanto consultor na área de Recursos Humanos e Fundos de Pensões.

E, por último, manifesta-se a colaboração e atenção permanentes por parte das seguintes entidades que, pela sua atuação, muito têm contribuído para o desenvolvimento da atividade de gestão de Fundos de Pensões:

- A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)
- A APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios;

O Senhor Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões, Dr. Francisco de Medeiros Cordeiro.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2025

O Conselho de Administração

Presidente:	Virgílio Manuel Boavista Lima
Administradores Executivos:	Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto Nuno Augusto Pereira Coelho
Vogal:	João António Morais da Costa Pinto
Vogal:	José Mendes Alfaia

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balanço

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade: Euro

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	93 683,05	91 284,40
Ativos intangíveis	8	9 211,59	20 398,07
Outros investimentos financeiros	9	6 651 699,36	6 658 943,49
Ativos por impostos diferidos	10	51 750,00	90 225,00
		6 806 344,00	6 860 850,96
Ativo corrente			
Clientes	11	2 528 868,58	1 888 726,59
Outros créditos a receber	13	770 869,89	657 593,11
Diferimentos	14	34 035,41	127 837,32
Ativos financeiros detidos para negociação	15	862 446,42	357 112,08
Caixa e depósitos bancários	5	3 655 434,91	3 290 191,32
		7 851 655,21	6 321 460,42
Total do ativo		14 657 999,21	13 182 311,38
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	16	2 566 800,00	2 566 800,00
Reservas legais	17	513 360,00	513 360,00
Outras reservas	18	6 783 148,76	6 759 254,69
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	18	270 556,00	137 377,00
Resultado Líquido do período		1 126 012,10	562 922,07
Total do capital próprio		11 259 876,86	10 539 713,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	20	230 000,00	401 000,00
		230 000,00	401 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	21	117 459,94	104 734,20
Estado e outros entes públicos	12	362 216,49	226 667,08
Outras dívidas a pagar	22	2 688 445,92	1 910 196,34
		3 168 122,35	2 241 597,62
Total do passivo		3 398 122,35	2 642 597,62
Total do capital próprio e do passivo		14 657 999,21	13 182 311,38

Lisboa, 27 de fevereiro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	23	11 745 303,00	9 919 345,47
Fornecimentos e serviços externos	24	(5 525 725,00)	(4 629 179,84)
Gastos com o pessoal	25	(2 590 126,46)	(2 368 439,04)
Provisões (aumentos/reduções)	26	171 000,00	(56 000,00)
Aumentos / reduções de justo valor	27	5 558,00	19 287,61
Outros rendimentos	28	5 829,83	47 232,59
Outros gastos	29	(2 742 098,00)	(2 480 465,85)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 069 742,37	451 780,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	30	(42 927,02)	(48 111,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 026 815,23	403 669,89
Juros e rendimentos similares obtidos	31	473 593,98	346 602,16
Resultado antes de impostos		1 500 409,21	750 272,05
Imposto sobre o rendimento do período	10	(374 397,11)	(187 349,98)
Resultado líquido do período		1 126 012,10	562 922,07
Resultado por ação básico		2,19	1,10

Lisboa, 27 de fevereiro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações no capital	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2023	1	2 566 800	-	-	-	513 360	6 757 692	-	-	445 619	83 700	10 367 171	-	10 367 171
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	32	-	-	-	-	-	-	-	-	(308 242)	(308 242)	(308 242)	-	(308 242)
	2	-	-	-	-	-	-	-	-	(308 242)	-	(308 242)	-	(308 242)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3										562 922	562 922	-	562 922
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3										562 922	254 680	-	254 680
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(82 138)	(82 138)	-	(82 138)
Outras operações	5	-	-	-	-	-	1 562	-	-	-	(1 562)	-	-	-
		-	-	-	-	-	1 562	-	-	-	(83 700)	(82 138)	-	(82 138)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2023	6=1+2+3+5	2 566 800	-	-	-	513 360	6 759 255	-	-	137 377	562 922	10 539 714	-	10 539 714
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	32	-	-	-	-	-	-	-	-	133 179	133 179	133 179	-	133 179
	7	-	-	-	-	-	-	-	-	133 179	-	133 179	-	133 179
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8										1 126 012	1 126 012	-	1 126 012
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										1 126 012	1 259 191	-	1 259 191
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Distribuições	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(539 028)	(539 028)	-	(539 028)
Outras operações	10	-	-	-	-	-	23 894	-	-	-	(23 894)	-	-	-
		-	-	-	-	-	23 894	-	-	-	(562 922)	(539 028)	-	(539 028)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2024	11=6+7+8+10	2 566 800	-	-	-	513 360	6 783 149	-	-	270 556	1 126 012	11 259 877	-	11 259 877

Lisboa, 27 de fevereiro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade: Euro

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2024	2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de clientes	11 502 881	9 330 411
Pagamentos a fornecedores	(7 374 746)	(6 305 392)
Pagamentos ao pessoal	(1 289 132)	(1 143 528)
Caixa gerada pelas operações	2 839 003	1 881 490
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(144 346)	30 388
Outros recebimentos/pagamentos	(1 641 925)	(1 355 083)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	1 052 732	556 796
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(43 651)	(14 342)
<i>Ativos intangíveis</i>	(8 594)	(6 773)
<i>Investimentos financeiros</i>	(500 000)	(2 084 320)
Recebimentos provenientes de:		
<i>Investimentos financeiros</i>		
<i>Outros ativos</i>	-	1 849 618
<i>Juros e rendimentos similares</i>	403 784	30 593
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(148 460)	(225 223)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Dividendos</i>	(539 028)	(82 138)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(539 028)	(82 138)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	365 244	249 434
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 290 191	3 040 757
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 655 435	3 290 191

Lisboa, 27 de fevereiro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(montantes expressos em Euro)

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Futuro” ou “Sociedade”) é uma Sociedade Anónima, com sede na Rua do Carmo n° 42, 6° piso - Lisboa, constituída por escritura de 14 de janeiro de 1988 e que tem por objeto social a instituição, administração, gestão e representação de Fundos de Pensões.

A Sociedade é detida pelas seguintes entidades:

Entidade	Sede Social
Montepio Geral Associação Mutualista	R. do Ouro 219 a 241, 1100-062 LISBOA, Portugal
Fundação Oriente	Edifício Pedro Álvares Cabral - Doca de Alcântara Norte 1350-352 LISBOA
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Largo Trindade Coelho 1200-470 LISBOA
NAV PORTUGAL, E.P.E.	Rua D - Edifício 121 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	Rua D - Edifício 120 - Aeroporto de Lisboa 1700-008 LISBOA

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de Fundos de Pensões, a Futuro encontra-se sujeita à supervisão da ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões).

Em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos:

Fundos Fechados:

- Fundo de Pensões Fundação Oriente
- Fundo de Pensões Montepio Geral
- Fundo de Pensões NAV - E.P. Complementos
- Fundo de Pensões NAV - E.P.E. SINCTA
- Fundo de Pensões NAV - SINCTA – Plano CD
- Fundo de Pensões Santa Casa Misericórdia de Lisboa em cogestão com CGD Pensões e SGF

- Fundo de Pensões Vista Alegre
- Fundo de Pensões RUBIS A
- Fundo de Pensões RUBIS B
- Fundo de Pensões Arlíquido
- Fundo de Pensões Xerox
- Fundo de Pensões Montepio Geral - Associação Mutualista
- Fundo de Pensões CMVM
- Fundo de Pensões L'ORÉAL PORTUGAL

Fundos Abertos:

- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas
- Fundo de Pensões PPR Garantia de Futuro
- Fundo de Pensões Viva
- Fundo de Pensões Futuro Clássico
- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro
- Fundo de Pensões PPR Geração Activa
- Fundo de Pensões Futuro XXI
- Fundo de Pensões Futuro Activo
- Fundo de Pensões Futuro Life
- Fundo de Pensões PPR BIG Big Acções Alpha
- Fundo de Pensões PPR BIG Taxa Plus
- Fundo de Pensões PPR BIG Obrigações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Equilibrado
- Fundo de Pensões PPR BIG Conservador
- Fundo de Pensões PPR BIG Moderado
- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Equilibrado

- Fundo de Pensões Aberto BIG Prestige Moderado
- Fundo de Pensões PPR Premium Aforro
- Fundo de Pensões PPR Premium Moderado
- Fundo de Pensões Futuro Plus
- Fundo de Pensões Corporate Moderado
- Fundo de Pensões Corporate Dinâmico
- Fundo de Pensões Corporate Crescimento
- Fundo de Pensões PPR Premium Dinâmico Ações
- Fundo de Pensões Aberto BK Dinâmico
- Fundo de Pensões Aberto BK Moderado
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Dinâmico
- Fundo de Pensões PPR BIG Ações Estratégico
- Fundo de Pensões PPR WEALTH

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), que inclui as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (“NCFR”), conforme disposto no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2025, são expressas em Euro e foram preparadas de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da

compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2024 e na informação comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2023.

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

NOTA 3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

As NCRF não foram adotadas pela primeira vez no período corrente.

NOTA 4 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 4.3 nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade, ou seja quando aumentam a vida útil dos ativos ou resultem em benfeitorias ou melhorias significativas.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de alienação e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciáveis. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Anos

Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados, prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Propriedades de Investimento

A Sociedade classifica como propriedades de investimento os imóveis (terrenos ou edifícios ou parte de um edifício ou ambos) detidos para obter rendas e/ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Anos

Edifícios e outras construções 50

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do ativo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

c) Ativos fixos intangíveis

A Sociedade reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Sociedade e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As amortizações são registadas após o início da utilização segundo o método da linha reta de acordo com o seguinte período de vida útil estimado:

Anos

Programas de computador 3

Outros ativos intangíveis 3

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se

esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período.

A reversão é feita para a nova quantia recuperável, até ao limite do custo original líquido das amortizações que se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida, caso ocorra alteração nas estimativas usadas para determinar a quantia recuperável do ativo desde que a última perda por imparidade foi reconhecida.

d) Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato. Uma locação é classificada como locação financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade. Uma locação é classificada como locação operacional se ela não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Locações operacionais

Os pagamentos/recebimentos efetuados pela Sociedade à luz dos contratos de locação operacional são registados nos gastos/rendimentos dos períodos a que dizem respeito numa base linear.

e) Imposto sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período registado em resultados inclui o efeito do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente corresponde ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período utilizando a taxa de imposto em vigor à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores. O rendimento tributável do período é apurado através da adição/subtração ao resultado contabilístico dos montantes não relevantes fiscalmente ou que permitem deduções adicionais de gastos ou de rendimentos não tributáveis, podendo estas diferenças ser temporárias ou permanentes.

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. A tributação é acrescida de Derrama Municipal a uma taxa de até 1,5% sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, a parte do lucro tributável, sujeito e não isento de IRC, superior a 1.500.000 euros está sujeito a Derrama Estadual às seguintes taxas:

- 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros;
- 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros;
- 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda os 35.000.000 euros.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes considerados para efeitos fiscais.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto financeiro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta nova norma aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontre em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

O limite referido no ponto anterior é aumentado em 10% relativamente aos prejuízos fiscais apurados no período de tributação de 2020 e 2021.

Os períodos de tributação de 2020 e 2021 não relevam para efeitos da contagem do prazo de reporte dos prejuízos fiscais vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente com o diferido.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

A Sociedade procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Sociedade:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e,
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

f) Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, quando o efeito temporal é materialmente relevante, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

g) Dívidas a pagar

As dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor, sendo deduzidas dos custos imputáveis à emissão da dívida, sendo subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (quando o valor temporal do dinheiro seja materialmente relevante).

h) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto.

j) Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego – Plano de benefício definido

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, a Sociedade aderiu ao Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

O plano de pensões existente na Sociedade corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define o critério de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade líquida da Sociedade relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada separadamente através da estimativa do valor

de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O rendimento/gasto de juros com o plano de pensões é calculado pela Sociedade multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o rendimento/gasto líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio.

A Sociedade reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o rendimento/gasto líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O rendimento/gasto líquido com o plano de pensões é reconhecido em resultados consoante a sua natureza.

As responsabilidades da Sociedade com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo atuário da Futuro designado para o efeito.

I) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes

receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

m) Rédito/Prestação de Serviços (Comissões)

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e,
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados com as prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de serviços da demonstração de resultados. As principais comissões cobradas pela Sociedade são as que a seguir se descrevem:

i) Comissão de administração

A Comissão de administração corresponde à remuneração da Sociedade pela administração corrente dos Fundos Fechados, nomeadamente pelo processamento contabilístico, verificação e pagamento das pensões e outras funções relacionadas com serviços de gestão corrente.

Esta comissão é calculada por aplicação de uma taxa definida nos respetivos contratos de gestão que incide sobre o valor das contribuições efetuadas para os Fundos, sendo cobrada e reconhecida aquando da realização das referidas contribuições.

ii) Comissão de gestão

A Comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão financeira e atuarial dos Fundos Fechados e Abertos.

Esta comissão é registada mensalmente nas Demonstrações Financeiras da Sociedade, com base no cálculo diário, nos Fundos de Pensões Abertos e Fundos Pensões Fechados, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos e contratos de gestão que incide sobre o património líquido dos Fundos.

iii) Comissão de excesso de rendibilidade

A Comissão de excesso de rendibilidade corresponde à remuneração da *performance* financeira que a Sociedade obtém na gestão de Fundos Fechados, sendo calculada por aplicação de um coeficiente, definido nos respetivos contratos de gestão, ao excesso de rendibilidade apurado face à rendibilidade de referência (igualmente definida nos contratos de gestão). Esta comissão é apurada periodicamente, por norma semestralmente, e incide sobre o valor patrimonial do Fundo Fechado.

iv) Comissões cobradas aos subscritores - Fundos Abertos

Comissão de reembolso

Em 31 de dezembro de 2009 e até 18 de abril de 2010, a comissão de reembolso definida para os Fundos Abertos era na generalidade 2%. A partir dessa data a comissão de reembolso passou a ser 0%, com as exceções do Fundo de Pensões Garantia de Futuro e Fundo de Pensões Futuro Plus, em que a comissão de reembolso é 0,5% e dos reembolsos antecipados dos Fundos Abertos em que a comissão ascende a 2%.

n) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo pelo método do custo amortizado.

Os juros de aplicações financeiras e outros rendimentos de investimentos efetuados são reconhecidos, na demonstração dos resultados em outros rendimentos.

o) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 27 de fevereiro de 2025, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço, relativos a condições existentes à data do balanço, são eventos ajustáveis considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 38.

p) Instrumentos Financeiros

A Sociedade reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial de um ativo financeiro ou passivo financeiro é efetuada ao justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro ou à emissão do passivo financeiro devem ser incluídos no justo valor, no caso dos ativos e passivos financeiros cuja mensuração subsequente não seja o justo valor.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os ativos financeiros pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas nas demonstrações de resultados, exceto quanto a:

- Instrumentos de capital próprio de uma outra entidade que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como derivados que estejam associados a e devam ser liquidados pela entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados ao custo menos perdas por imparidade;
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados em base líquida, quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade, e a Sociedade designa, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas de imparidade;

- Ativos financeiros que a Sociedade designe, no momento do seu reconhecimento inicial, para ser mensurado ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva menos qualquer perda por imparidade; ou,
- Ativos financeiros não derivados a serem detidos até à maturidade, os quais deverão ser mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro pode ser designado para ser mensurado ao custo amortizado se satisfizer todas as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante; e,
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.

Após o reconhecimento inicial, a Sociedade mensura, em cada data de relato, todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto quanto a passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor.

Se existir evidência objetiva de imparidade, o montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor atual dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro, podendo ser revertida em período subsequente se deixar de existir prova objetiva de imparidade. O montante de perda, a inscrever em resultados, para ativos financeiros mensurados ao custo resulta da diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno do mercado corrente para um ativo financeiro semelhante, não podendo ser revertida em períodos subsequentes.

A Sociedade optou por reconhecer, mensurar e divulgar os instrumentos financeiros de acordo com as normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.)

q) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não exista uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital, como sejam dividendos, são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

Na data de aprovação das contas por parte do Órgão de Gestão, este não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital. Informa-se, no entanto, que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia-Geral a distribuição de um dividendo total de 975 384,00€, que caso venha a ser aprovado, constituirá um passivo, nessa data, por contrapartida da redução de capital próprio.

r) Comissões de comercialização

Correspondem às comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral e Mii Capital pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados.

Estas comissões encontram-se reconhecidas na rubrica Outros Gastos e perdas (Nota 29).

s) Descontos e Abatimentos em prestação de serviços

Corresponde a uma oferta de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos a Clientes que cumpram cumulativamente certas condições previstas no contrato de subscrição e que estão relacionadas nomeadamente com o tempo de permanência no Fundo.

A Sociedade regista o valor das ofertas de unidades de participação na rubrica Prestações de serviços – Descontos e abatimentos.

t) Garantia a Clientes

A Sociedade garante o valor do capital investido às subscrições efetuadas a partir de 9-6-2003, pelos participantes do Fundo de Pensões PPR GARANTIA DE FUTURO e garante o capital investido no Fundo FUTURO PLUS de 5 em 5 anos, em que a garantia foi verificada, pela primeira vez, no dia 31-10-2019 e, daí em diante, a 31 de outubro de cada ano.

u) Fundos de pensões sob gestão

A atividade da Sociedade, no que se refere à gestão contratada de Fundos de Pensões, encontra-se divulgada na nota 36. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), na Norma regulamentar n.º 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar n.º 9/2007-R de 28 de junho.

4.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na Nota 4.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os

resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido reporte de prejuízos fiscais, deduções de crédito de imposto, bem como quaisquer outras deduções (em que este prazo passará a ser o do período desse direito).

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento de ativos por impostos diferidos tem por base projeções da Sociedade, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

O futuro será marcado por avanços tecnológicos, sustentabilidade e mudanças políticas. A reeleição de Trump impactará globalmente, enquanto a Europa enfrentará desafios como populismo, digitalização, migração e segurança, no entanto, não se indiciam situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Sociedade.

4.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incerteza encontram-se detalhadas na nota 4.4.

NOTA 5 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	2024	2023
	Euro	Euro
Depósitos a prazo	3 573 000	2 300 000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	81 935	989 691
Caixa	500	500
Caixa e depósitos bancários	3 655 435	3 290 191

As taxas de juro dos depósitos a prazo em 31 de dezembro de 2024 variaram entre 3% e 3,75% (2023: variava entre 2% e 3,75%)

As taxas de juro dos depósitos à ordem durante o ano de 2024 variaram entre os 0,1% e 1,10%, de acordo com os saldos médios mensais.

NOTA 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o presente período a Sociedade não alterou políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas, não tendo igualmente efetuado o registo de erros.

NOTA 7 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são as seguintes:

	2024	2023
	Euro	Euro
Valor Bruto		
Equipamento básico	138 749	138 749
Equipamento administrativo	503 328	477 881
Património artístico	44 478	44 478
	<u>686 555</u>	<u>661 108</u>
Depreciações acumuladas e imparidade		
Depreciações do período	(23 048)	(27 616)
Depreciações acumuladas de períodos anteriores	(569 824)	(542 208)
	<u>(592 872)</u>	<u>(569 824)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>93 683</u>	<u>91 284</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2024 são analisados como segue:

	2024				
	Saldo em jan/24	Aquisições	Alienações/ Abates	Outros	Saldo em dez/24
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	138 749	-	-	-	138 749
Equipamento administrativo	477 881	25 447	-	-	503 328
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>661 108</u>	<u>25 447</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>686 555</u>
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	129 972	1 628	-	-	131 600
Equipamento administrativo	439 852	21 420	-	-	461 272
	<u>569 824</u>	<u>23 048</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>592 872</u>

Os movimentos na rubrica de Ativos fixos tangíveis durante o ano de 2023 são analisados como segue:

	2023				
	Saldo em jan/23 Euro	Aquisições Euro	Alienações/ Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez/23 Euro
Valor bruto					
Equipamento básico	138 749	-	-	-	138 749
Equipamento administrativo	469 790	8 091	-	-	477 881
Património artístico	44 478	-	-	-	44 478
	<u>653 017</u>	<u>8 091</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>661 108</u>
	Saldo em jan/23 Euro	Depreciação do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações/ Abates Euro	Saldo em dez/23 Euro
Depreciações acumuladas e imparidade					
Equipamento básico	128 344	1 628	-	-	129 972
Equipamento administrativo	413 864	25 988	-	-	439 852
	<u>542 208</u>	<u>27 616</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>569 824</u>

As depreciações de ativos fixos tangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

As quantias escrituradas dos ativos intangíveis são as seguintes:

	2024 Euro	2023 Euro
Valor Bruto		
Programas de computador	849 221	840 528
Outros ativos intangíveis	14 505	14 505
	<u>863 726</u>	<u>855 033</u>
Amortizações acumuladas e imparidade		
Amortizações do período	(19 879)	(20 495)
Amortizações acumuladas de períodos anteriores	(834 635)	(814 140)
	<u>(854 514)</u>	<u>(834 635)</u>
Valor líquido contabilístico	<u>9 212</u>	<u>20 398</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2024 são analisados como segue:

2024					
	Saldo em jan/24 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez/24 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	840 528	8 693	-	-	849 221
Outros ativos intangíveis	14 505	-	-	-	14 505
	<u>855 033</u>	<u>8 693</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>863 726</u>
	Saldo em jan/24 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez/24 Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	820 129	19 879	-	-	840 008
Outros ativos intangíveis	14 506	-	-	-	14 506
	<u>834 635</u>	<u>19 879</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>854 514</u>

Os movimentos da rubrica de ativos intangíveis durante o período de 2023 são analisados como segue:

2023					
	Saldo em jan/23 Euro	Aquisições Euro	Alienações / Abates Euro	Outros Euro	Saldo em dez/23 Euro
Valor bruto					
Programas de computador	835 304	5 224	-	-	840 528
Outros ativos intangíveis	13 808	697	-	-	14 505
	<u>849 112</u>	<u>5 921</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>855 033</u>
	Saldo em jan/23 Euro	Amortização do período Euro	Imparidade do período Euro	Alienações / Abates Euro	Saldo em dez/23 Euro
Amortizações acumuladas e imparidade					
Programas de computador	800 332	19 797	-	-	820 129
Outros ativos intangíveis	13 808	698	-	-	14 506
	<u>814 140</u>	<u>20 495</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>834 635</u>

As amortizações de ativos intangíveis estão incluídas na linha dos “Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração de Resultados por naturezas.

NOTA 9 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A rubrica Outros Investimentos Financeiros é analisada como segue:

2024					
	Saldo em jan/24	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em dez/24
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	4 742	-	-	(4 742)	-
OBRIG VERDES GREENVOLT - 2022_2027	1 500 000	-	-	-	1 500 000
OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 22_28	4 124 667	-	-	(29 706)	4 094 961
FUNDO IMOB. CORUM ORIGIN	1 029 534	27 204	-	-	1 056 738
	<u>6 658 943</u>	<u>27 204</u>	<u>-</u>	<u>(34 448)</u>	<u>6 651 699</u>

2023					
	Saldo em jan/23	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em dez/23
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
F. Compensação Trabalho	4 178	564	-	-	4 742
OBRIG VERDES GREENVOLT - 2022_2027	1 500 000	-	-	-	1 500 000
OBRIG CAIXA GERAL DEPOSITOS 22_28	2 061 009	2 063 658	-	-	4 124 667
FUNDO IMOB. CORUM ORIGIN	1 000 000	29 534	-	-	1 029 534
	<u>4 565 187</u>	<u>2 093 756</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6 658 943</u>

NOTA 10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, pelo que as declarações dos anos de 2021 a 2024 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão por parte da Administração Tributária.

Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Para além do imposto corrente, a Sociedade regista em resultados o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos

determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	2024	2023
Imposto corrente	335 922	199 950
Impostos diferidos	38 475	(12 600)
	<u>374 397</u>	<u>187 350</u>

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	2024	2023
Taxa de IRC (a)	20,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Total (b)	<u>21,5%</u>	<u>22,5%</u>

(a) Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

A rubrica impostos diferidos é analisada como segue:

	Activos por Impostos Diferidos		Passivos por Impostos Diferidos		Líquido	
	dez 2024	dez 2023	dez 2024	dez 2023	dez 2024	dez 2023
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Provisões / Imparidades	-	-	-	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	51 750	90 225	-	-	51 750	90 225
	<u>51 750</u>	<u>90 225</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51 750</u>	<u>90 225</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2024 foi o seguinte:

	Saldo inicial 2024 Euro	Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro	Saldo final 2024 Euro
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	90 225	(38 475)	51 750
	<u>90 225</u>	<u>(38 475)</u>	<u>51 750</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos para o período de 2023 foi o seguinte:

	Saldo inicial 2023 Euro	Constituição/ (Reversão) em Resultados Euro	Saldo final 2023 Euro
Imposto diferido ativo			
Provisões não aceites fiscalmente	77 625	12 600	90 225
	<u>77 625</u>	<u>12 600</u>	<u>90 225</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC, em 2024 e 2023 é analisada como segue:

	2024 Euro	2023 Euro
Resultados antes de impostos	1 500 409	750 272
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado	<u>315 086</u>	<u>157 557</u>
Diferenças permanentes		
Realizações de utilidade social não dedutíveis	73 307	30 770
Outros	45 704	5 652
Diferenças temporárias		
Imparidades e provisões	(171 000)	56 000
Matéria coletável / Coleta	<u>1 448 420</u>	<u>842 695</u>
Imposto	304 168	176 966
Tributação autónoma	10 028	10 344
Derrama	21 726	12 640
Benefícios Fiscais	-	-
Derrama Estatual	-	-
Imposto corrente	<u>335 922</u>	<u>199 950</u>
Imposto diferido	<u>38 475</u>	<u>(12 600)</u>
Imposto sobre o Rendimento do Período	<u>374 397</u>	<u>187 350</u>
	<u>25,0%</u>	<u>25,0%</u>

NOTA 11 - CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Fundos de Pensões Fechados	896 971	843 432
Fundos de Pensões Abertos	1 631 898	1 045 294
	<u>2 528 869</u>	<u>1 888 727</u>

Esta rubrica regista o montante a receber dos Fundos de Pensões referente, essencialmente, a comissões de gestão relativas ao último trimestre dos exercícios de 2024 e 2023, conforme referido na política contabilística descrita na nota 4.2 m) ii).

NOTA 12 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica Estado e outros entes públicos a pagar é analisada como segue:

	2024		2023	
	A receber	A pagar	A receber	A pagar
	Euro	Euro	Euro	Euro
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Estimativa imposto	-	128 448	-	54 467
Imposto de Selo	-	107 963	-	70 818
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	33 796	-	33 188
ASF - Aut. de Supervisão de Seg. e Fundos de Pensões	-	47 810	-	28 415
Contribuições para a Segurança Social	-	44 199	-	39 654
Outras Taxas	-	-	-	125
	<u>-</u>	<u>362 216</u>	<u>-</u>	<u>226 667</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) durante o exercício de 2024, foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(54 467)</u>
Pagamentos efetuados no exercício relativos ao exercício anterior -	
Reembolso IRC	51 040
Excesso de estimativa para imposto	3 428
Pagamentos efetuados no exercício:	
- Pagamentos por conta do exercício	93 306
- Pagamentos especial por conta do exercício	
- Retenções na fonte	114 168
Dotação para imposto corrente sobre lucros	<u>(335 922)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(128 448)</u>

A reconciliação da taxa de imposto encontra-se apresentada na Nota 10.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica ASF – Aut. de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões regista valores relativo à taxa para a ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), taxa cobrada por esta entidade aos Fundos de Pensões, aplicada sobre o valor das contribuições recebidas pelos Fundos durante o exercício. A taxa da ASF sobre as contribuições dos Fundos de Pensões foi de 0,048% em 2023 e 2024.

Esta taxa é integralmente assumida pelos Fundos de Pensões, funcionando a Sociedade como agente pagador, fazendo a retenção da taxa ao Fundo no momento do recebimento das contribuições. A Sociedade regista o valor retido numa conta a pagar à ASF que liquida semestralmente.

NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a Receber + dividendos	99 351	79 215
Outros devedores e credores		
Benefícios pós-emprego	609 271	549 399
Outros Devedores	62 248	28 979
	<u>770 870</u>	<u>657 593</u>

A rubrica Outros Devedores e Credores – Benefícios pós-emprego regista o valor dos ativos líquidos reconhecidos em Balanço e que apresenta a diferença entre os ativos do fundo e as responsabilidades totais, conforme nota 32.

NOTA 14 - DIFERIMENTOS

A rubrica Diferimentos ativos é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Diferimentos Ativos		
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S..	19 478	113 908
Montepio Geral Associação Mutualista	7 633	7 633
Diversos	6 924	6 296
	<u>34 035</u>	<u>127 837</u>

NOTA 15 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Fundo Montepio Tesouraria	502 242	-
Fundo VIP	358 437	355 165
Novimovest	1 767	1 947
	<u>862 446</u>	<u>357 112</u>

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor foi determinado tendo por base a cotação de mercado com referência a 31 de dezembro de 2024.

NOTA 16 – CAPITAL SUBSCRITO

O capital social de 2.566.800€, representado por 513.360 ações ordinárias de valor nominal de 5€, encontra-se integralmente realizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2024, é a seguinte:

	Número de ações	Capital	%
Montepio Geral Associação Mutualista	394 128	1 970 640	76,78%
Fundação Oriente	53 100	265 500	10,34%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	26 190	130 950	5,10%
NAV PORTUGAL, E.P.E.	19 974	99 870	3,89%
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	19 968	99 840	3,89%
	<u>513 360</u>	<u>2 566 800</u>	<u>100,00%</u>

NOTA 17 – RESERVAS LEGAIS

Em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um

mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade, situação que se verifica com referência a 31 de dezembro de 2024 e 2023. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

	2024	2023
	Euro	Euro
Reservas Legais	<u>513 360</u>	<u>513 360</u>
	<u>513 360</u>	<u>513 360</u>

NOTA 18 – OUTRAS RESERVAS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica Outras Reservas e Outras Variações no Capital Próprio é apresentada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Outras Reservas	<u>6 783 149</u>	<u>6 759 255</u>
Outras Variações no capital próprio	<u>270 556</u>	<u>137 377</u>
	<u>7 053 705</u>	<u>6 896 632</u>

A variação da rubrica Outras Variações no Capital Próprio regista os desvios atuariais conforme nota 32.

NOTA 19 – DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 25 de março de 2024, a Sociedade procedeu em 2024 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2023 de 539.028€.

Conforme deliberação da Assembleia Geral de 30 de março de 2023, a Sociedade procedeu em 2023 à distribuição de dividendos relativos aos resultados de 2022 de 82.137,60€.

NOTA 20 – PROVISÕES

O detalhe das provisões reconhecidas é apresentado como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Riscos de investimentos	230 000	326 000
Outras provisões	-	75 000
	<u>230 000</u>	<u>401 000</u>

O movimento das provisões, é analisado como segue:

2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	326 000	-	(96 000)	230 000
Outras provisões	75 000	-	(75 000)	-
	<u>401 000</u>	<u>-</u>	<u>(171 000)</u>	<u>230 000</u>
2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
	Euro	Euro	Euro	Euro
Riscos de Investimentos	285 000	41 000	-	326 000
Outras provisões	60 000	15 000	-	75 000
	<u>345 000</u>	<u>56 000</u>	<u>-</u>	<u>401 000</u>

A rubrica Riscos de Investimentos, refere-se à responsabilidade com garantia de capital assegurada a alguns planos de Fundos de Pensões geridos pela Sociedade.

No exercício de 2024, procedeu-se ao ajustamento da estimativa de cálculo da provisão para garantia a clientes dos FP Garantia e Futuro Plus, com o objetivo de os ajustar à realidade atual, suportados nos dados históricos disponíveis.

No exercício de 2024 foi regularizada a dívida com o condomínio e efetuada a reversão da provisão na rubrica de Outras provisões.

NOTA 21 – FORNECEDORES

A rubrica Fornecedores é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Tempomedia-Agência de Meios Publicidade, S.A.	27 507	39 932
MEO - Serviços de Comunicação e Multimédia, S.A.	22 839	164
Claranet II Solutions, S.A.	18 114	-
Bloomberg L.P.	8 914	7 891
Longo Prazo - Consultores de Gestão	7 882	7 402
Condomínio Prédio Rua General Firmino Miguel, nº 5 9º B	5 894	5 894
Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	5 432	5 432
Contisystems - Tecnologias de Informação, S.A.	3 428	-
CTT Correios de Portugal	2 175	3 151
E.A.D - Empresa de Arquivo e Documentação, S.A.	2 075	1 116
FSO - F.S. Oliveira Consultores, Lda.	1 845	1 845
GT - Get Together, Lda	1 810	1 686
Gula e Gourmet, Lda	1 290	-
APFIPP	1 056	-
PEPDATA, Lda	1 043	-
Samsic Portugal - Facility Services, S.A.	940	875
DeepL SE	791	-
Petrogal, SA	713	-
Uma Pausa Dinâmica, Unipessoal, Lda	664	1 771
BDO & Assoc. - Soc.Revisores Oficiais Contas, Lda	-	5 166
Noesis Portugal-Consultoria Sistemas Inform.S.A.	-	4 640
Exib, Exhibition Design, Lda	-	2 829
Promarte - Promoções e Marketing, Lda	-	992
Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda	-	533
3LOVE, Lda	-	10 916
Outros	3 048	2 499
	<u>117 460</u>	<u>104 734</u>

A dívida ao fornecedor Tempomedia corresponde ao montante por liquidar, relativo à campanha publicitária do 4º trimestre.

A dívida ao fornecedor MEO corresponde ao montante por liquidar, relativo a serviços no âmbito da cibersegurança, contratualizado no 4º trimestre.

A dívida ao fornecedor Claranet II corresponde ao montante por liquidar, relativo à aquisição de equipamento informático no final do ano.

NOTA 22 - OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outras Dívidas a Pagar tem a seguinte composição:

	2024	2023
	Euro	Euro
Credores por acréscimos de gastos		
- Férias e Subsídio de Férias	283 030	291 468
- Prémio gestão desempenho	137 348	-
- Gratificações excecionais a colaboradores	-	107 668
- Fundo Investimento Imobiliário Corum Origin	55 813	31 893
- Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas	16 933	-
- Montepio Geral - Associação Mutualista	15 240	-
- Montepio Serviços, ACE	11 416	-
- EAD	10 953	-
- Mercer Human Resource Consulting	10 763	-
- BDO e Associados, SROC, Lda.	10 689	5 166
- Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	5 381	-
- Serviços Sociais Montepio	5 600	-
- Fundo de Pensões Geração Ativa	1 408	-
- Fundo de Pensões PPA Acção Futuro	23	-
Outros devedores e credores		
- Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	344 433	312 658
- Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A.	696 557	550 688
- Banco BIG	914 910	443 096
- Bankinter	3 469	3 302
- Montepio Geral - Associação Mutualista	8 761	-
- Fundo de Pensões Viva	53 779	42 404
- METLIFE	93 067	84 592
- Fundo PPR 5 Estrelas	2 626	21 717
- Fundo PPR Garantia Futuro	63	9 256
- Outros	6 184	6 289
	2 688 446	1 910 196

A rubrica Outros devedores e credores - Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., regista os montantes a pagar referentes à prestação de serviços de gestão de carteiras contratada a essa Sociedade.

A rubrica Outros devedores e credores – Banco BIG e Bankinter, regista os montantes, das comissões de gestão de ativos dos Fundos BIG e Bankinter a pagar a essas Sociedades.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo da conta a pagar à Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. diz respeito às comissões de comercialização a pagar pelas subscrições de unidades de participação em Fundos Abertos realizadas aos balcões daquela instituição, conforme nota 29.

O saldo a favor do Fundo de Pensões VIVA é referente à reposição de comissões de gestão a Clientes institucionais.

NOTA 23 – VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Esta rubrica regista as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão.

	2024	2023
	Euro	Euro
Fundos fechados:		
Comissão de gestão - Parte Fixa	3 198 551	3 072 201
Comissão sobre contribuições	38 336	29 871
Comissão de gestão - Parte Variável	170 853	-
	<u>3 407 740</u>	<u>3 102 072</u>
Fundos abertos:		
Comissão de gestão	8 169 598	6 609 804
Comissão de reembolso	167 965	207 469
	<u>8 337 563</u>	<u>6 817 274</u>
	<u>11 745 303</u>	<u>9 919 345</u>

NOTA 24 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2024	2023
	Euro	Euro
Trabalhos especializados	4 948 168	3 647 314
Rendas e alugueres	158 009	151 680
Artigos para oferta	109 029	480 693
Conservação e reparação	96 449	5 907
Publicidade e propaganda	73 534	130 851
Honorários	42 812	78 752
Comunicação	40 906	74 470
Limpeza, higiene e conforto	13 606	13 472
Energia e fluidos	13 032	12 214
Artigos diversos cafetaria	9 502	9 977
Serviços bancários	6 943	8 171
Despesas de representação	3 666	1 719
Outros	3 126	1 673
Seguros	2 715	4 557
Deslocações, estadas e transportes	1 811	6 149
Contencioso e notariado	1 107	242
Livros e documentação técnica	759	727
Material de escritório	551	613
	5 525 725	4 629 180

Os gastos com Trabalhos especializados respeitam, essencialmente, à prestação de serviços de gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões realizada pela Montepio Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. e à prestação de serviços da gestão das carteiras dos Fundos BIG e Bankinter.

A rubrica Trabalhos especializados inclui, também, os valores referentes à revisão legal de contas no valor de 10.689€, incluindo IVA, conforme notas 22 e 37 (2023: 10.332€).

Na rubrica Rendas e alugueres estão incluídas as rendas de contratos de aluguer operacional de veículos efetuados em regime de gestão de frotas, no valor de 31.847€ (2023: 29.816€). Os pagamentos futuros são apresentados por prazo de pagamento na nota 33.

Na rubrica Conservação e reparação estão registados os gastos com o condomínio que anteriormente não eram faturados.

A rubrica Comunicação refere-se principalmente a correspondência expedida para os Clientes da Sociedade.

NOTA 25 – GASTOS COM PESSOAL

Durante o exercício de 2024 a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 39 colaboradores (2023: 39).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2024	2023
	Euro	Euro
Remunerações	1 731 751	1 675 781
Encargos sobre remunerações	421 473	372 057
Seguros	154 870	138 388
Prémio desempenho	155 467	-
Gratificação excepcional	-	111 724
Outros	126 565	70 489
	<u>2 590 126</u>	<u>2 368 439</u>

Os benefícios pós-emprego referem-se a um plano de pensões de benefício definido conforme referido na nota 32.

As remunerações e encargos com o Conselho de Administração são apresentados na nota 34.

As remunerações do pessoal chave da Gestão durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Benefícios de curto prazo dos empregados	313 417	294 706
Benefícios pós-emprego	20 797	15 710
	<u>334 214</u>	<u>310 416</u>

NOTA 26 – PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)

A rubrica Provisões (aumentos/reduções) é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Provisões		
Aumento de provisões	-	56 000
Redução de provisões	171 000	-
	<u>171 000</u>	<u>56 000</u>

NOTA 27 – AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

A rubrica Aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Ganhos ou perdas líquidos provenientes de ajustamentos de justo valor:		
Ativos financeiros detidos para negociação	5 558	19 288
	<u>5 558</u>	<u>19 288</u>

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica Outros rendimentos é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Correcções relativas a períodos anteriores	2 178	46 974
Outros	3 652	259
	<u>5 830</u>	<u>47 233</u>

NOTA 29 – OUTROS GASTOS

Nos exercícios de 2024 e 2023 a rubrica Outros Gastos tinha a seguinte composição:

	2024	2023
	Euro	Euro
Comissões de comercialização	2 626 457	2 394 811
Gastos com investimentos financeiros	53 625	44 582
Impostos	20 347	17 379
Quotizações	11 932	11 451
Donativos	11 500	9 000
Outros	2 983	1 705
Correcções relativas a períodos anteriores	15 254	1 538
	<u>2 742 098</u>	<u>2 480 466</u>

A rubrica Comissões de Comercialização corresponde às comissões incorridas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos através da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A. e Mii Capital.

A rubrica Gastos com investimentos Financeiros, corresponde a comissões e ao reconhecimento dos ativos financeiros – obrigações, ao custo amortizado.

NOTA 30 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	23 048	27 616
Ativos intangíveis (nota 8)	19 879	20 495
	<u>42 927</u>	<u>48 111</u>

NOTA 31 – RESULTADOS FINANCEIROS

Os Juros e rendimentos similares obtidos e os Juros e gastos similares suportados são analisados como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros de depósitos	101 652	42 988
Outros rendimentos (VIP)	11 693	11 766
Obrigações GreenVolt	80 250	78 000
Obrigações CGD	230 315	169 822
FUNDO CORUM ORIGIN	49 684	44 026
	<u>473 594</u>	<u>346 602</u>

NOTA 32 – RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Sociedade assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice.

O plano de pensões existente corresponde a um plano de benefício definido, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um colaborador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e a retribuição.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	2024	2023
Pressupostos financeiros		
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
Taxas de rendimento do fundo	3,60%	3,60%
Taxa de desconto	3,60%	3,60%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 88/90 + 1	TV 88/90 + 1
Mulheres	TV 88/90 + 2	TV 88/90 + 2
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP
UCP - Unit Credit projectado		

Os pressupostos utilizados no cálculo do valor atual das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela NCRF 28. A determinação da taxa de desconto teve em consideração: (i) a evolução ocorrida nos principais índices, relativamente a obrigações de alta qualidade de empresas e (ii) *duration* das responsabilidades.

À data de 31 de dezembro de 2024, a *duration* das responsabilidades ascende a 17 anos (31 de dezembro de 2023: 16 anos).

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2024	2023
Ativos	38	39
Reformados e sobreviventes	5	4
	43	43

De acordo com a política contabilística efetuada descrita na nota 1 j), as responsabilidades por pensões e outros benefícios e respetivos níveis de cobertura são analisados como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Ativos / (Responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	(2 178 810)	(2 980 017)
Pensionistas	(1 070 851)	(485 515)
	<u>(3 249 661)</u>	<u>(3 465 531)</u>
Total das responsabilidades	<u>(3 249 661)</u>	<u>(3 465 531)</u>
Coberturas		
Valor do Fundo	<u>3 858 934</u>	<u>4 014 932</u>
Ativos / (Passivos) líquidos em Balanço (ver nota 13)	<u>609 273</u>	<u>549 401</u>
Percentagem de cobertura	118,7%	115,9%
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	<u>270 556</u>	<u>137 376</u>

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio por morte é apresentada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
	Pensões de reforma	Pensões de reforma
Responsabilidades no início do exercício	3 465 531	2 849 224
Custo do serviço corrente	93 085	68 349
Custo dos juros	124 759	120 522
(Ganhos) / Perdas atuariais		
- Alterações de pressupostos	-	349 208
- Não decorrentes de alteração de pressupostos	(49 776)	115 278
Pensões pagas pelo Fundo	(77 460)	(37 050)
Outros pagamentos	(306 478)	-
Responsabilidades no final do exercício	3 249 661	3 465 531

A evolução do valor do fundo de pensões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Valor do Fundo no início do período	4 014 932	3 737 636
Rendimento esperado	144 537	158 102
Desvios financeiros	83 403	156 243
Pensões pagas pelo Fundo	(77 460)	(37 050)
Transferência de Responsabilidades	(306 478)	-
Valor do Fundo no fim do período	3 858 934	4 014 932

De referir que o fundo de pensões, denominado “Fundo de Pensões VIVA”, é gerido pela “Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.” no qual a Sociedade participa em 10,4% a 31 de dezembro de 2024 (2023: 11,4%).

Nos anos de 2024 e 2023, devido aos excedentes gerados pela subida das taxas de desconto e dos ganhos financeiros, não houve Contribuições da Sociedade para o fundo.

Os ativos do Fundo de Pensões, repartidos por tipo, são detalhados como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Aplicações em bancos e outras	102 759	128 411
Imobiliário	136 241	145 786
Obrigações	2 150 903	2 250 815
Outros	1 469 031	1 489 919
	<u>3 858 934</u>	<u>4 014 932</u>

	Valor do Fundo	Cotados	Não Cotados
Títulos de rendimento variável			
Ações	545 069	545 069	-
Fundos de investimento de ações	923 962	341 625	582 337
Obrigações	2 126 025	1 936 003	190 022
Imóveis	-	-	-
Fundos de investimento imobiliário	136 241	16 578	119 663
Fundos de capital de risco	24 878	-	24 878
Aplicações em bancos e outras Instituições de crédito	102 759	52 376	50 383
	<u>3 858 934</u>	<u>2 891 652</u>	<u>967 283</u>

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Desvios atuariais no início do exercício	<u>(137 376)</u>	<u>(445 619)</u>
(Ganhos) / Perdas atuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	-	349 208
- (Ganhos) / Perdas de experiência	(133 179)	(40 966)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	<u>(270 556)</u>	<u>(137 376)</u>
Variação	<u>133 179</u>	<u>(308 242)</u>

Os custos do período com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídios por morte podem ser analisados como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
Custo do serviço corrente	93 085	68 349
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(19 778)	(37 580)
Custos do período	<u>73 307</u>	<u>30 770</u>

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidos em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 como segue:

	2024	2023
	Euro	Euro
No início do exercício	549 401	888 411
Custo do serviço corrente	(93 085)	(68 349)
Custos / (Proveitos) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	19 778	37 580
Ganhos / (Perdas) atuariais	49 776	(464 486)
Ganhos / (Perdas) financeiras	83 403	156 243
No final do exercício	<u>609 273</u>	<u>549 399</u>

Os pressupostos atuariais têm um impacto significativo nas responsabilidades com pensões e outros benefícios. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva e a uma variação negativa de 25 pontos base no valor das responsabilidades com pensões cujo impacto é analisado como segue:

	2024		2023	
	Euro		Euro	
	Responsabilidades		Responsabilidades	
	Incremento	Decréscimo	Incremento	Decréscimo
Taxa de desconto (0,25% de variação)	(130 911)	138 766	(136 072)	144 188
Taxa de crescimento dos salários (0,25% de variação)	61 043	(59 055)	60 508	(58 535)
Taxa de crescimento das pensões (0,25% de variação)	78 914	(76 289)	84 997	(82 125)
Mortalidade futura (1 ano de variação)	(117 388)	116 267	(121 637)	120 259

NOTA 33 – LOCAÇÕES

A Sociedade apresenta as seguintes responsabilidades futuras no âmbito de Locações Operacionais:

	2024	2023
Menos de um ano	39 713	44 052
Entre um e cinco anos	110 649	138 744
	<u>150 363</u>	<u>182 797</u>

NOTA 34 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A lista de partes relacionadas da Sociedade é apresentada como segue:

Conselho de Administração

Virgílio Manuel Boavista Lima
João António Morais da Costa Pinto
José Mendes Alfaia
Maria Alice Silva Medeiros Lima Pinto
Nuno Augusto Pereira Coelho

Acionistas

Montepio Geral Associação Mutualista
Fundação Oriente
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
NAV Portugal, E.P.E
Ana - Aeroportos de Portugal, S.A.

Outras partes relacionadas

Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.
Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.
Cesource ACE
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Fundação Montepio Geral
Fundo de Pensões - Montepio Geral
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.
Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Montepio Geral Associação Mutualista
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.
Montepio Investimento, S.A.
Montepio, Residências para Estudantes, S.A.
Montepio Serviços, ACE
Nova Câmbio - Instituição de Pagamento, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.
SILVIP - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Ssag incentive - Sociedade de Serviços Auxiliares e Gestão de Imóveis, S.A.
F.P Montepio Geral
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista

Em 2024 e 2023, as transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

	2024					
	Caixa e depósitos bancários	Clientes	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Ativo)	Ativos financeiros detidos para negociação
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	2 080 753	-	31 755	707 538	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	19 478	-
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	24 001	7 633	-
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	-	-	-	344 433	-	-
Montepio Serviços ACE	-	-	3 750	11 416	-	-
F.P Montepio	-	657 104	-	-	-	-
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	11 824	-	-	-	-
	<u>2 080 753</u>	<u>668 928</u>	<u>35 505</u>	<u>1 087 388</u>	<u>27 111</u>	<u>-</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Vendas e Prestação Serviços	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	52 564	-	2 622 809	-	67 062	
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	1 778 907	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	125 954	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	2 573	137 445	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	17 426	-	-	-	
Montepio Crédito, S.A.	32 716	-	8 595	-	-	
Residências Montepio	6 292	-	-	-	-	
Montepio Serviços ACE	53 406	-	-	-	-	
Fundação Montepio	-	-	5 000	-	-	
F.P Montepio Geral	-	-	-	2 656 599	-	
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	-	-	43 853	-	
	<u>2 052 411</u>	<u>154 871</u>	<u>2 636 404</u>	<u>2 700 452</u>	<u>67 062</u>	

	2023					
	Caixa e depósitos bancários	Clientes	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar	Diferimentos (Ativo)	Ativos financeiros detidos para negociação
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	1 741 126	-	5 014	550 688	-	-
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	113 909	-
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	-	-	-	-	-
Montepio Geral Associação Mutualista	-	-	-	-	7 633	-
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	-	-	-	312 658	-	-
Montepio Serviços ACE	-	-	-	4 205	-	-
F.P Montepio Geral	-	629 805	-	-	-	-
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	10 493	-	-	-	-
	<u>1 741 126</u>	<u>640 298</u>	<u>5 014</u>	<u>867 551</u>	<u>121 542</u>	<u>-</u>
	Fornecimentos e Serviços Externos	Gastos com o pessoal	Outros gastos	Vendas e Prestação Serviços	Juros e rendimentos similares obtidos	
	Euro	Euro	Euro	Euro	Euro	
Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, SA	65 705	-	2 390 708	-	-	
Montepio Gestão de Activos SGOIC, S. A.	1 503 353	-	-	-	-	
Montepio Geral - Associação Mutualista	121 864	-	-	-	-	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	4 400	122 594	-	-	-	
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	-	15 794	-	-	-	
Montepio Crédito, S.A.	34 785	-	9 295	-	-	
Residências Montepio	13 119	-	-	-	-	
Montepio Serviços ACE	7 955,00	-	-	-	-	
F.P Montepio Geral	-	-	-	2 400 202	-	
F.P Montepio Geral Assoc. Mutualista	-	-	-	39 337	-	
	<u>1 751 181</u>	<u>138 388</u>	<u>2 400 003</u>	<u>2 439 539</u>	<u>-</u>	

As transações com a Caixa Económica Montepio Geral, caixa económica bancária, S.A. referem-se, principalmente, a gastos suportados com comissões devidas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos e Fechados e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

As transações com a Montepio Gestão de Activos refere-se principalmente a gastos suportados pela prestação de serviços de gestão de carteiras e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade.

Durante os exercícios de 2024 e 2023 os Administradores Executivos auferiram os montantes de 432.703€ e 462.413€ respetivamente. Os restantes Administradores receberam no exercício de 2024 o montante global de 12.500€ (2023: 9.500€). A Sociedade, através do plano de pensões, assumiu em 2024, a responsabilidade com a

pensão de reforma do administrador executivo que passou à condição de reformado em 2024. Não existem responsabilidades com os atuais membros, com exceção das assumidas com os Administradores Executivos e que se encontram incluídas nas responsabilidades referidas na Nota 32, cujo gasto do exercício de 2024 ascendeu 13.246€ (2023: 48.842€).

O Património Líquido gerido pela Futuro, a que correspondem os Fundos de pensões que comercializam encontram-se descritos na nota 36.

NOTA 35 – MARGEM DE SOLVÊNCIA

O montante mínimo de capital é definido pela ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), em função da margem de solvência que tem por base o volume de Ativos em gestão.

A margem de solvência da Sociedade em 31 de dezembro de 2024 é de 148,15% (2023: 152,10%).

NOTA 36 – FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO DA SOCIEDADE

	2024	2023
	Euro	Euro
	1 284 058 559	1 248 030 901
Fundos Fechados:		
Fundos Abertos:		
Fundo PPR 5 ESTRELAS	223 911 782	195 352 961
Fundo PPR GARANTIA DE FUTURO	113 167 627	110 134 460
Fundo PPR BIG TAXA PLUS	111 044 369	64 393 650
Fundo PPR BIG ACÇÕES EQUILIBRADO	78 672 308	68 518 986
Fundo PPR BIG MODERADO	46 557 943	40 857 265
Fundo de Pensões VIVA	37 268 205	35 180 787
Fundo PPR BIG ACÇÕES DINÂMICO	37 162 196	26 686 808
Fundo PPR BIG ACÇÕES ESTRATÉGICO	33 094 366	17 277 229
Fundo PPR BIG ACÇÕES ALPHA	24 532 979	29 007 230
Fundo PPR GERAÇÃO ACTIVA	21 146 053	18 575 529
Fundo de Pensões CORPORATE MODERADO	17 322 171	14 764 194
Fundo de Pensões CORPORATE CRESCIMENTO	11 911 239	6 376 822
Fundo de Pensões FUTURO CLASSICO	10 852 675	10 040 617
Fundo de Pensões CORPORATE DINÂMICO	10 158 528	6 946 388
Fundo PPR BIG OBRIGAÇÕES ESTRATÉGICO	5 328 550	4 115 163
Fundo de Pensões FUTURO PLUS	3 426 566	2 747 401
Fundo de Pensões FUTURO XXI	3 092 890	2 638 576
Fundo PPR BIG CONSERVADOR	2 688 216	2 514 721
Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO	2 595 971	1 549 904
Fundo PPA - ACÇÃO FUTURO	2 279 625	2 278 817
Fundo de Pensões BIG PRESTIGE MODERADO	2 141 245	1 850 430
Fundo de Pensões BIG PRESTIGE EQUILIBRADO	1 469 432	1 111 099
Fundo de Pensões FUTURO LIFE	1 443 549	1 497 214
Fundo PPR WEALTH	1 415 365	827 971
Fundo de Pensões ABERTO BK MODERADO	1 161 210	1 133 924
Fundo PPR PREMIUM DINÂMICO ACÇÕES	368 397	264 836
Fundo de Pensões ABERTO BK DINÂMICO	245 422	268 333
Fundo PPR PREMIUM MODERADO	153 791	255 293
Fundo PPR PREMIUM AFORRO	39 603	41 564
Sub-total	804 652 275	667 208 170
Total	2 088 710 834	1 915 239 072

NOTA 37 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo Artº 66-A e pelo Artº 508-F do Código das Sociedades Comerciais:

a) Não existem operações não incluídas no balanço, pelo que não haverá impactos financeiros a reportar;

b) Proposta de aplicação de resultados:

O resultado bruto apurado no exercício foi de 1.509.409,21€ e o resultado líquido resultante de 1.126.012,10€. O Conselho de Administração propõe:

- Distribuição de dividendos: 975.384,00€ (1,90€/ação);
- Transferência para a rubrica Outras reservas: 94.259,78€;
- Atribuição de gratificações de balanço: 56.368,32€

Detalhe dos honorários faturados durante o período pelo Revisor Oficial de Contas excluindo IVA:

	2024	2023
	Euro	Euro
Revisão legal das contas	8 690	8 400
	8 690	8 400

A Sociedade não tem contribuições em dívida à Segurança Social; e

A Sociedade não tem impostos em mora ao Estado.

NOTA 38 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não existiram acontecimentos após a data do balanço que necessitem de ser divulgados ou que devessem estar registados nas demonstrações financeiras.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório

Cumprindo os preceitos legais do Código das Sociedades Comerciais e no âmbito das suas atribuições e competências vem o Conselho Fiscal da FUTURO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA apresentar o Relatório da atividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e vinte e quatro e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do ano 2024.

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente a evolução da situação financeira e o desempenho da Sociedade, contactando com o Conselho de Administração e os Serviços, dos quais sempre recebeu os esclarecimentos e as informações solicitados.

O Relatório do Conselho de Administração foi objeto de análise e verificação, podendo-se concluir que o seu conteúdo traduz de forma apropriada a ação desenvolvida pela Gestão e a evolução da atividade da Empresa.

O Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da BDO & Associados, SROC, Lda., a Certificação Legal das Contas, que foi emitida sem reservas nem ênfases.

No decorrer dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais ou estatutárias em vigor no sector.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e a opinião constante da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

- 1- Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de dois mil e vinte e quatro;
- 2- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados apresentada pelo Conselho de Administração;
- 3- Que ao Conselho de Administração e aos Serviços seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 17 de março de 2025

O Conselho Fiscal

Assinado por: **Patrique Berdion da Cunha Fernandes**
Num. de Identificação: 10619679
Data: 2025.03.17 15:41:53+00'00'

Patrique Berdion da Cunha Fernandes
Presidente

Assinado por: **Maria Fernanda Rodrigues Fernandes**
Num. de Identificação: 04808693
Data: 2025.03.17 15:31:15+00'00'

Maria Fernanda Rodrigues Fernandes
Vogal

Assinado por: **Maria Margarida Conde Henriques de Almeida de Sousa Medeiros**
Num. de Identificação: 07740298
Data: 2025.03.17 18:04:51+00'00'

Maria Margarida C. Henriques de Almeida de Sousa Medeiros
Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** (adiante também designada por **FUTURO** ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 14 657 999 euros e um total de capital próprio de 11 259 877 euros, incluindo um resultado líquido de 1 126 012 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

(v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da FUTURO.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2025



Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério
(ROC n.º 995, inscrita na CMVM sob o n.º 20160610)
em representação de BDO & Associados - SROC

FUTURO - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.
Rua do Carmo, 42 - 6º - 1200-094 Lisboa
Telefone +(351) 210 416 005 (chamada para a rede fixa nacional)
www.futuro-sa.pt

Nº Único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963
Capital Social 2.566.800€
Registada na C. R. C. Lisboa

Autorizada, Supervisionada e Registada na
ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com o n.º 3805